



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRO-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED**

VITÓRIA NASCIMENTO DA CRUZ

**REPRESENTAÇÕES DAS REFORMAS POMBALINAS EM *THE PRIME MINISTER*
AN HISTORICAL ROMANCE, DE WILLIAM KINGSTON**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRO-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED**

VITÓRIA NASCIMENTO DA CRUZ

**REPRESENTAÇÕES DAS REFORMAS POMBALINAS EM THE *PRIME MINISTER*
AN HISTORICAL ROMANCE, DE WILLIAM KINGSTON**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de pesquisa História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

C957r Cruz, Vitória Nascimento da
Representações das reformas pombalinas em *The Prime Minister an historical romance*, de William Kingston / Vitória Nascimento da Cruz ; orientador Luiz Eduardo Oliveira. – São Cristóvão, SE, 2023.
84 f.: il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação - História. 2. Educação – Finalidade e objetivos. 3. Literatura portuguesa. 4. Relações internacionais e cultura – Portugal - Inglaterra. I. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782 – Crítica e interpretação. II. Oliveira, Luiz Eduardo, orient. III. Título.

CDU 37.014.3:82-311.6

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRO-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

VITÓRIA NASCIMENTO DA CRUZ

REPRESENTAÇÕES DAS REFORMAS POMBALINAS EM THE *PRIME MINISTER*
***AN HISTORICAL ROMANCE*, DE WILLIAM KINGSTON**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de pesquisa História da Educação.

Aprovada em: __28__/_07__/_2023.

Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira (Avaliador Interno)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Jeová Silva Santana (Avaliador Externo)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Alagoas

SÃO CRISTÓVÃO
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pois sem a coragem recebida não empreenderia esforços para continuar aprendendo e me desafiando, assim como agradeço por não desistir de mim mesma em meio ao caos da mente.

Aos professores que desde a tenra infância me incentivaram a estudar e ter curiosidade em relação aos assuntos que apareciam diante de mim, às vezes o incentivo é primordial por nos sentirmos incapazes mesmo que tenhamos condição, quando somos estimulados a fazer algo nos surpreendemos com nossa própria capacidade, este é meu caso.

Uma menção especial aos membros de minha família que confiaram que conseguiria cumprir mais essa tarefa e a Rafael da Silva que esteve ao meu lado em todos os momentos da escrita desse trabalho, assim como meus colegas do curso de Letras Português e Inglês os quais guardo no coração.

A querida professora Ana Lúcia que acreditou em mim desde a graduação e me fez expandir minha visão de mundo a partir de seus sábios ensinamentos os quais levo para a vida acadêmica e pessoal. Estendo os meus agradecimentos a outros professores da Universidade Federal de Sergipe que contribuíram de forma significativa em minha trajetória acadêmica, professores de Língua Inglesa, Vernáculos e Literatura os quais jamais esquecerei.

Aos membros do grupo NEC (Núcleo de Estudos de Cultura) por compartilhar os conhecimentos e me ajudar quando preciso, bem como agradeço ao professor Luiz Eduardo que orientou essa pesquisa.

Por fim, agradeço a Vitória criança, sei que ela estaria orgulhosa de ver onde cheguei.

Poeminho do Contra

Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!

(Mario Quintana)

RESUMO

Esta dissertação analisa o modo como as reformas pombalinas, especialmente as referentes à instrução pública, são representadas no romance histórico *'The Prime Minister: an historical Romance (1845)*, escrito por William Henry Giles Kingston, doravante William Kingston (1814-1880). A obra retrata a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, remontando ao século XVIII português, e traz indícios das reformas pombalinas empreendidas em Portugal e seus domínios, bem como as relações entre Portugal e Inglaterra, conhecidas como relações diplomáticas anglo-portuguesas. Nosso objetivo é verificar como o romance em tela contribui para o processo de (des)construção da mitologia do Marquês de Pombal, seja ratificando seja contestando as narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito. Para tanto, faremos uso da obra como fonte principal, e estudaremos artigos, dissertações e teses que versam acerca do tema, bem como recorreremos à pressupostos teóricos relacionados ao romance histórico, aos mitos e representações.

Palavras-chave: História da Educação, Marquês de Pombal, Reformas pombalinas, Romance Histórico, Literatura.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the Pombaline reforms, especially those concerning public education, are represented in the historical Romance 'The Prime Minister: an historical Romance (1845), written by William Henry Giles Kingston, henceforth William Kingston. The work portrays the figure of Sebastião José de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal, going back to the Portuguese 18th century, bringing evidence of the pombaline reforms undertaken in Portugal and its domains, in addition to the relations between Portugal and England, known as Anglo-Portuguese diplomatic relations. Our goal is to verify how the Romance contributes to the process of (de)construction of the mythology of the Marquis of Pombal, either ratifying or contesting the historiographical and biographical narratives about him. To do so, we will use the book as our main source, and study articles, dissertations, and theses on the subject, in addition to using some theoretical assumptions related to the historical romance, myths, and representations.

Keywords: History of Education, Marquis of Pombal, Pombaline Reforms, Historical Romance, Literature.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teses e Dissertações provenientes da CAPES	18
Tabela 2 - Teses e Dissertações provenientes do RI/UFS	20
Tabela 3 - Teses e Dissertações provenientes da RUN	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Os acontecimentos nos espaços dos Volumes I, II e III.	47
Quadro 2- Marcos importantes da trama no Volume II.	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
3. MARQUÊS DE POMBAL: O HOMEM HISTÓRICO E O HOMEM MÍTICO.....	33
4. A ESCRITA DE THE PRIME MINISTER	37
5. O ROMANCE HISTÓRICO E A LITERATURA DE VIAGEM.....	39
6. O JUDEU NA NARRATIVA.....	52
7. O ANTIJESUITISMO, O FILOPOMBALISMO E A EDUCAÇÃO EM “THE PRIME MINISTER”	56
8. O TERREMOTO DO DIA DE TODOS OS SANTOS E O MOTE PARA O FIM DA NARRATIVA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS.....	83

1. INTRODUÇÃO

*Ocorreu-me que os tempos do Marquês de Pombal forneceria um bom tema, intocado, como é, por qualquer autor.*¹

Williams Henry Giles Kingston²

Este trabalho busca investigar o romance histórico ‘The Prime Minister an Historical Romance’, publicado em 1845, escrito por William Henry Giles Kingston, doravante William H. G. Kingston, este que retrata, por meio de dados factuais da historiografia, comprometendo-se com a verossimilhança, mas não com a história de fato, a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O autor, ao remontar ao século XVIII português, envolto em diversos debates acerca da figura de Pombal, ora visto como déspota, ora como iluminado, demonstra as relações de amor e ódio direcionadas ao Marquês, relações essas que dariam origem ao filopombalismo e o antipombalismo (FRANCO e RITA, 2004), importantes correntes culturais relacionadas a questões ideológicas e políticas e que ainda permanecem no palco dos debates quando tratamos do Primeiro Ministro de D. José I.

A obra trabalhada utiliza-se das figuras citadas envolvendo-os em uma narrativa com feitos heróicos, retratando e ficcionalizando as desavenças entre os Jesuítas e o Estado Português representado em Sebastião José de Carvalho e Melo. A questão educacional, no escrito estudado, está embebida na questão jesuítica. As reformas educacionais, em si, não são explicitadas, já que o foco recai sobre todo o contexto em que se desenrola a expulsão da Companhia de Jesus em 1759. A obra traz o antijesuitismo, negando os métodos de pregação e ensino jesuíticos. Desse modo, é perceptível uma promoção das razões pelas quais a expulsão ocorre desde nos primeiros capítulos.

O Antijesuitismo, como explica Franco (2009), define uma corrente de pensamento resultante de uma construção ideológica, na qual o passado trilhado, enquanto a Companhia de Jesus era uma força, deveria ser repudiado. Assim,

Trata-se do antijesuitismo concebido por Pombal e seus colaboradores e seguidores, que se pode definir como uma espécie de corrente de pensamento e de ação política específica que produziu uma ideologia de combate contra uma instituição construída como chave de leitura da história do reino e da evolução dos seus dinamismos nos vários âmbitos da sociedade em que os Jesuítas teriam influído de uma forma holística. Esse processo de construção ideológica que se direciona fundamentalmente para a

¹ Original: *It struck me that the Times of the Marquis of Pombal would afford a good subject, untouched, as it is, by any author.*

² William Henry Giles Kingston, *The Prime Minister: An historical romance*, publicado em 1845.

produção de consequências políticas, instaura uma visão oficial da história de Portugal e do seu desempenho dos diversos sectores da vida do país em função da avaliação do papel dos jesuítas e do jesuitismo nessa deriva histórica. (FRANCO, 2009, p. 286).

Desse modo, não é de se espantar que todo o enredo culmine no banimento dos jesuítas, pois, desde o prefácio, o escrito discorre sobre o caráter do Marquês de Pombal e o conflito ideológico supracitado, demonstrando que os planos para a execução da expulsão estavam nos pensamentos do Primeiro Ministro muito antes de ser colocado em prática. Andrade (1981), descreve que

Antes da expulsão ou de caminharem para as prisões, os jesuítas da Metrópole, como os do Ultramar, começaram por ficar cercados nas suas próprias casas, sem qualquer acusação formal. Suspensos de confessar e pregar, no Patriarcado, pelo edital de 7 de junho de 1758; no Isento de Santa Cruz, pela Pastoral de 11 de fevereiro de 1759, e em Leira, pela pastoral de 28 do mesmo mês, os jesuítas então viram fechadas as suas aulas, por Alvará de 28 de julho de 1759 e decretada a expulsão do Reino, com o ferrete de rebeldes traidores. (ANDRADE, 1981, p. 15).

Antes do banimento da Companhia, as aulas ministradas em Portugal e Metrópole ficavam sob a égide dos jesuítas, uma vez que a responsabilidade passada para as mãos do Estado Português, as reformas educacionais dos Estudos Menores e Secundários começaram a ocorrer, levando-se em consideração as ideias iluministas em voga na época.

Após a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas Colônias, o Estado assumia a tarefa de oferecer o ensino, instituído através do Alvará de 28 junho de 1759. Essa promulgação das reformas nos Estudos Menores, pelo estabelecimento da exigência de concursos para a seleção de professores régios; bem como pelas diretrizes de uma nova proposta educativa centralizadora. (NUNES, 2013, p. 4).

As problemáticas retratadas, apesar de não citarem diretamente as questões educacionais, exibem o cerne do fio condutor das reformas pombalinas da educação, já que, na obra, os Jesuítas são caracterizados como egoístas possuidores de extrema avareza e que buscavam acúmulo de riquezas. Esta caracterização está relacionada ao desprezo em relação aos métodos de ensino dos inicianos, tidos como atrasados para o Portugal setecentista (CARVALHO, 1978), bem como lançam luz ao antijesuitismo do autor, uma vez que, enquanto crítico ao catolicismo por ser um protestante, o Inglês faz uma leitura de Pombal por um viés antirreligioso.

Apoiando-se nesses pressupostos, pesa-se que há uma mitificação negativa dos jesuítas, pois são referidos de forma que nem sempre está consoante com a historiografia, enquanto que

contrapondo-se a esta, há a mitificação positiva da figura do Marquês de Pombal apresentado como a renovação de Portugal que se encontrava atrasado em relação a outros países europeus, retomando o mito de origem (ELIADE, 2000) no qual o Marquês de Pombal é percebido como aquele que consegue resolver os problemas de uma sociedade mesmo quando esta se vê em completo caos, como no caso do dia do terremoto, ocorrido no Dia de Todos os Santos.

Além disto, considerando-se os pormenores supracitados, o autor de *The Prime Minister* discorre acerca das intrínsecas e nem sempre balanceadas relações entre Portugal e Inglaterra. Vale destacar uma curiosidade sobre esta obra referente à relação anglo-portuguesa, enquanto que a Inglaterra sempre exerceu fascínio no imaginário português, se fazendo presente na cultura portuguesa, seja nas letras, organização militar, seja nos costumes, demonstrando a anglofilia (OLIVEIRA, 2014). O livro faz o caminho inverso, apresentando Portugal como fonte de fascinação. O autor inglês escolhe a nação portuguesa, suas personagens históricas para criar sua narrativa.

De forma prática, as distintas questões configuradas com base na historiografia, sendo estas incorporadas em uma narrativa ficcional, convida-nos a refletir sobre a relação de diferenças e similaridades entre Literatura e História, estudados meticulosamente por diversos estudiosos, entre eles e principalmente Lukács (2011)³, que reflete a respeito da linha tênue existente entre o que é visto como fato histórico e o que é literatura de fruição.

De maneira particular, considerando as diferenças e similaridades citadas no parágrafo anterior entre História e Literatura, a exemplo da liberdade de criação da Literatura que pode ou não utilizar de documentação e criar a partir dela, por outro lado a fidelidade no campo da História aos documentos, sem a utilização de processo criativo nos estudos produzidos. Ocorreu, assim, a necessidade de se descobrir se alguns relatos presentes na obra baseavam-se em dados historiográficos. Para tal, a aproximação com a História foi importante para entender as razões pelas quais as mitificações surgem a partir da palavra. Desse modo, o mito acerca de Sebastião José de Carvalho e Melo, assim como a representação desse mito também são pontos de discussão presentes nesta dissertação, ancorando-me em alguns pressupostos de Eliade (2000) e Oliveira (2010) e (2014).

A trajetória do presente trabalho inicia-se com minha inserção no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe com o Projeto intitulado “Os Escritos Pombalinos Sobre a Inglaterra: Seu Impacto Na Instrução Pública Levantamento

³ Considerando-se conceitos de “O Romance Histórico”, tradução Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2011. Amazon.com, Inc. or its affiliates. E-book.

e análise de Dissertações” vinculado a um projeto maior, iniciado em 2018, de investigação e preparação da obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados. Os estudos das reformas e dos escritos Pombalinos foram aprofundados quando fui integrada ao Núcleo de Estudos de Cultura (NEC/UFS⁴)/CNPq, o qual este trabalho é filiado. Criado, de acordo com sua descrição, com o intuito de congrega pesquisadores das grandes áreas de Ciências Humanas, de Ciências Sociais e Aplicadas e de Letras, Linguística e Artes a fim de romper as limitações disciplinares, assim almejando uma conversa entre as humanidades para que, desta forma, possam surgir espaços renovadores de reflexão sobre a cultura moderna e contemporânea, com ênfase no estudo de seus aspectos organizacionais e representacionais. Possuindo relação com o polo de investigação do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A partir dos estudos realizados no âmbito destas pesquisas anteriores foi possível entender as reverberações das reformas pombalinas, nas esferas social, política e educacional. Ao estudar os escritos pombalinos sobre a Inglaterra, notei que as relações político-diplomáticas entre Portugal e Inglaterra, também conhecidas como relações anglo-portuguesas, ditaram o ritmo de vários acontecimentos que respingaram em países explorados, como é o caso do Brasil, como relata Maxwell (1996),

Um importante mecanismo de ligação do sistema colonial português do Atlântico Sul como uma economia mundial em desenvolvimento foi o comércio anglo-português. Pelo Tratado de Methuen (1703), mercadorias inglesas de lã entravam em Lisboa e no Porto livres de taxas e, em troca, os vinhos portugueses recebiam vantagens no mercado Inglês. Durante a primeira metade do século XVIII o comércio apresentava-se largamente a favor da Grã-Bretanha, e o lucro de comerciantes individuais era alto. (MAXWELL, 1996, p.42).

Essa disparidade de vantagens desperta a atenção sobre as relações anglo-portuguesas, uma vez que Portugal possuía a “galinha dos ovos de ouro”. Nesse sentido, o território brasileiro. É importante, desta forma, destacar o tratamento para com as riquezas provenientes do território sul-americano, o que Maxwell (1996) também ressalta, pois, o grande influxo de ouro e diamantes vindo do Brasil aumentou o desequilíbrio na balança comercial anglo-

⁴ Grupo formado em 2012 com área de atuação predominante em Linguística, Letras e Artes; Letras. Espelho do grupo em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0129273373615490.

portuguesa. Os déficits podiam ser formados e a aquisição de bens estrangeiros facilitada pelo escoamento de lingotes de ouro e prata.

Tais peculiaridades acerca de Portugal, suas desvantagens na relação com a Inglaterra, a posterior atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, fez com que o romance “*The Prime Minister*” despertasse interesse. A representação das paixões positivas e ressentimentos presentes na obra ficcional que utiliza de dados da historiografia, mostra-se um campo de discussão relevante para apreciadores da Literatura e da História.

Intenta-se, desse modo, robustecer a fortuna crítica sobre o romance histórico analisado, uma vez que a partir de leituras e levantamentos prévios, os quais me levaram às relações anglo-portuguesas e, por conseguinte, ao livro *The Prime Minister*, foi possível perceber que não há dissertação de autoria brasileira em relação à esta obra, fator que impulsionou o desejo de empreender estudos nesse campo.

Este trabalho analisa o modo como as reformas pombalinas, especialmente as referentes à instrução pública, são representadas em *The Prime Minister: An historical romance* (1845), do escritor inglês William Henry Giles Kingston. Nosso objetivo é verificar como o romance em tela contribui para o processo de (des)construção da mitologia do marquês de Pombal, seja ratificando, seja contestando as narrativas historiográficas e biográficas a seu respeito, em particular as relativas ao ensino, ou à instrução pública.

A partir de leituras e levantamentos prévios, foi possível perceber as nuances na relação entre duas das maiores forças exploratórias do século XVIII, Portugal e Inglaterra, bem como a necessidade de estudos sobre a obra citada. Assim, questões sobre as razões pelas quais um escritor da Era Vitoriana decidiu escrever sobre a Era Pombalina chamam a atenção, uma vez que, para além do que Santos (2010) já relata em sua dissertação, o fato de William Kingston já possuir conhecimento acerca de Portugal, uma vez que, com a sua família, desenvolvia atividades comerciais na Cidade do Porto, pretende-se observar as pretensões desse escritor do qual possui forte indício de preferências para com a Literatura de Viagem. Isso posto, alguns objetivos específicos foram elencados:

- Analisar em que medida a obra em tela reforça ou contesta os estereótipos e mitos mais correntes acerca de Pombal e/ou do período pombalino, sobretudo aqueles relativos ao ensino, ou à instrução pública;
- Identificar os episódios ou eventos históricos mais explorados e/ou reconfigurados na narrativa dedicados a Pombal ou ao período pombalino;

- Identificar, descrever e analisar os momentos em que o marquês de Pombal ou o período pombalino são representados como um mito de origem de um novo tempo ou de uma nova era do ponto de vista político, econômico ou cultural.

Com interesse em atender ao proposto, um levantamento foi realizado. Vale ressaltar que é extensa a quantidade de produções escritas sobre o também conhecido Conde de Oeiras e/ou assuntos relacionados à Portugal nos quais o Estadista aparece como personagem principal ou secundário. Assim, o mote de William H. G. Kingston “um bom tema, intocado, como é, por qualquer autor”⁵ já não se aplica aos dias atuais⁶, uma vez que podemos constatar produções nas áreas das ciências humanas e exatas a respeito das reformas e atuação direta do Marquês, a exemplo do trabalho de Magalhães (2016) em: Luís António Verney: *O Verdadeiro Método de Estudar* – Uma Contribuição para o Ensino em Portugal e no Brasil. Apesar da abundância de escritos com a temática pombalina, a área de maior incidência da temática é a História, com menor incidência a História da Educação e, com poucas produções, é a Literatura.

Isto posto, os quadros apresentados na seção de revisão bibliográfica mostram a relação de dissertações e teses em História da Educação e Letras sobre o Marquês de Pombal e o período Pombalino, uma vez que se busca tecer um diálogo entre aspectos dos Estudos Literários e a História, trabalhos encontrados no âmbito de produção da Universidade Federal de Sergipe e trabalhos encontrados com relação direta de pesquisa sobre o escritor William H. G. Kingston e sua obra. Tal levantamento concentra-se em trabalhos de maior relevância para a discussão apresentada.

⁵ Original: “*A good subject, untouched, as it is, by any author*”.

⁶ Vale a pena destacar que esse mote não é verdadeiro, pois muitos autores escreveram sobre Sebastião José de Carvalho, como é o caso da escritora francesa Antoinette Henriette Clémence Robert, mais conhecida como Clémence Robert, que publicou em francês o seu *Le Marquis de Pombal* em 1860.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o intuito de identificar escritos científicos para serem utilizados ao longo dessa dissertação, como artigos, dissertações e teses, usaremos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁷ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o site da Biblioteca Nacional de Portugal⁸, o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁹ e a plataforma *Internet Archive*¹⁰ para o acesso a obras, periódicos e manuscritos do período pombalino produzidos entre 1750 e 1777, a partir de 18 (dezoito) palavras-chave/ entradas relacionadas ao Projeto Pombalia¹¹: “D. José”; “Marquês de Pombal”; “Conde de Oeiras”; “Sebastião José de Carvalho e Melo”; “Sebastião de Carvalho e Melo”; “Carvalho e Melo”; “Iluminismo”; “Ministro de D. José”; “Secretário de Estado de D. José”; “século XVIII”; “Pombalismo”; “Pombalino”; “Setecentos”; “Mercantilismo”; “Setecentista”; “Despotismo”; “Reformismo” e “Reformista”, combinadas com o operador lógico booleano *AND* utilizado para restringir a pesquisa. Contamos também com a consulta às bases de dados de alguns programas de pesquisa de instituições de ensino superior, bem como Repositórios Institucionais, quando da produção anterior a 2014, tendo em vista que a CAPES instituiu a plataforma Sucupira, base de referência do nosso Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) somente a partir de 2014.

A Primeira tabela trata dos trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Foi utilizado o operador booleano *AND* para a busca de trabalhos pertinentes a área, com o intuito de encontrar dissertações e teses em História da Educação e Letras sobre o Marquês de Pombal e/ou o período também conhecido como Pombalino.

Neste levantamento não foram encontradas teses e dissertações com as entradas utilizadas para a área de Letras, o que pode apontar uma necessidade de estudos sobre a temática pombalina. Foram localizados 6 (seis) trabalhos relacionados ao tema proposto, sendo quatro dissertações obtidas com a entrada “Marquês de Pombal *AND* Reformas” e duas teses com a palavra-chave “Marquês de Pombal *AND* Reformas”. Cabe ressaltar que o marco temporal

⁷ Link de acesso: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

⁸ Link de acesso: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>.

⁹ Link de acesso: <https://www.bn.gov.br/>.

¹⁰ Link de acesso: <https://archive.org>.

¹¹ Iniciado em 2018, com intuito de investigar e preparar uma obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados, tem por objetivo o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada e preparar uma edição criticamente anotada e atualizada a fim de promover a renovação dos estudos pombalinos, sob a direção de José Eduardo Franco, Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques.

presente nos trabalhos, século XVIII português ou da América Portuguesa, também foi considerado como um dos critérios de seleção.

A tabela subsequente demonstra a relação dos trabalhos provenientes do Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI/UFS¹²), defendidos e apresentados para a obtenção de título de mestre e doutor, que discorrem sobre a temática pombalina.

A última tabela denota dois trabalhos depositados no Repositório Universidade Nova (RUN¹³) de Lisboa. Estes que são significantes para as discussões aqui pretendidas. Para os trabalhos encontrados nos Repositórios Institucionais, foram utilizados os filtros grande área de conhecimento Ciências Humanas, Letras Linguística e Artes, a área do conhecimento História e Educação e Letras.

Tabela 1- Teses e Dissertações provenientes da CAPES

DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2018
Título:	Antônio Ribeiro Sanches e as propostas de Reforma do Ensino em Portugal do século XVIII: análise das cartas sobre a educação da mocidade (1760). *
Autor:	Maria do Carmo Gonçalves da Silva
Orientador:	Prof. Dr. Célio Juvenal Costa
Instituição de Ensino:	Universidade Estadual de Maringá
DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2019
Título:	Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima: perfil de um prelado pombalino (1723-1774)
Autor:	Ellen Cristina Marques Luz
Orientador:	Prof. Dr. George Evergton Sales Souza
Instituição de Ensino:	Universidade Federal da Bahia
DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2019

¹² Link de acesso: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/2138>.

¹³ Link de acesso: <https://run.unl.pt/>

Título:	A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a política Josefina para a Amazônia **
Autor:	Marcos Felipe de Lima Monteiro
Orientador:	Prof. Dr. José Alves de Souza Junior
Instituição de Ensino:	Universidade Federal do Pará
DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2017
Título:	Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1959)
Autor:	Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente
Orientador:	Prof. Dr. Karl Heinz Arenz
Instituição de Ensino:	Universidade Federal do Pará
TESE	
Ano de defesa:	2018
Título:	Gabriel Malagrida (1689-1761): Educador e Missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa*
Autor:	Vinicius Furlan
Orientador:	Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo
Instituição de Ensino:	Universidade Estadual de Maringá
TESE	
Ano de defesa:	2019
Título:	O iluminismo pragmático de Martim Francisco: as origens da Instrução pública no Brasil
Autor:	Maurizio Marchetti
Orientador:	Prof. Dr. Roberto Akira Goto
Instituição de Ensino:	Universidade Estadual de Campinas

** Trabalho não disponível para download

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora, Cruz, 2022.

Os trabalhos da tabela acima se concentram nas questões relativas ao Grão-Pará e Maranhão, localidades que receberam alguns dos primeiros Alvarás com demandas de modificação da instrução e ensino ministradas pelos inacianos, enviados por Sebastião José

para o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769). Os escritos também investigam a atuação dos jesuítas de forma específica ou geral no território brasileiro.

Nenhum dos trabalhos dispostos na tabela I foi defendido após o ano de 2019, o que já pode caracterizar uma necessidade de renovação dos estudos com os tópicos discutidos nessas publicações.

Tabela 2 - Teses e Dissertações provenientes do RI/UFS

DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2011
Título:	Sob as luzes das Reformas Pombalinas da Instrução Pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757 – 1827)
Autor:	Álvaro César Pereira de Souza
Orientador:	Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe
DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2013
Título:	A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772
Autor:	Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes
Orientador:	Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe
DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2011
Título:	A instituição do ensino de primeiras letras no Brasil (1757-1827)
Autor:	Mariângela Dias Santos
Orientador:	Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe
TESE	
Ano de defesa:	2019
Título:	O Inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)
Autor:	Thadeu Vinícius Souza Teles
Orientador:	Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira

Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe
------------------------	---------------------------------

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora. Cruz, 2022.

Todos os textos presentes na tabela II, publicados no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, tratam do ensino, partindo do tema maior relativo às reformas pombalinas da educação e estreitando para tópicos mais específicos, como no caso de Teles (2019) com a instrução comercial e a língua inglesa como língua dos negócios.

Importante ressaltar que além dos trabalhos exibidos, encontrados com a inserção das palavras-chave selecionadas, há produções oriundas da UFS que abordam a temática pombalina, citando as reformas educacionais em um primeiro ou segundo plano. As pesquisas que serão apresentadas a seguir podem não ter aparecido durante o levantamento devido às entradas e filtros. É importante mencionar esses escritos, pois eles destacam o histórico de publicações fomentadas pelo NEC com o objeto aqui abordado. O estudo de Santos (2010) por exemplo **“As Reformas Pombalinas e as Gramáticas Inglesas: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)”** explora a legislação para o ensino de línguas ou relacionada aos assuntos referentes ao inglês, visando acompanhar o percurso traçado pela língua inglesa em busca de conquista de espaço. A fim de traçar esse caminho, o estudo das reformas pombalinas tornou-se essencial.

Outros dois trabalhos publicados em 2012, pesquisaram as questões do ensino, da língua latina e da língua inglesa, são eles: **“O ensino de Língua latina e a institucionalização da profissão docente”** escrito por Barbosa (2012) e **“O papel do Ensino de Língua Inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)”** redigido por Teles (2012). O primeiro analisou, a partir das Reformas Pombalinas da Instrução Pública, com ênfase no Alvará Régio de 28 de junho de 1759, como se deu o ensino de Língua Latina, e observando como as reformas impulsionaram o desenvolvimento desse ensino no Brasil. O segundo verifica os graus de influência da relação político-econômica mantida entre Portugal e Inglaterra no processo de institucionalização do ensino de língua inglesa, aponta também que diante da necessidade de (re)construção da nação portuguesa, uma das primeiras manobras das reformas pombalinas foi a capacitação dos homens de negócios.

A partir de 2020 foram publicadas mais teses e dissertações sobre o tema, como o texto de Santos (2020) **“A presença de Luís Antonio Verney nas Reformas Pombalinas da educação (1759-1770)”**, produção que estuda as cartas de Verney, bem como o antigo membro da Companhia de Jesus colaborou para as novas ideias para o ensino no Portugal do século XVIII.

Bispo (2021) e Leite (2021) publicaram respectivamente **“As Reformas Pombalinas e a construção do ensino de primeiras letras (1750-1777)”** e **“antipombalismo e filopombalismo na Historiografia Educacional Brasileira”**. A respeito da dissertação de Leite (2021), houve a análise das representações pombalinas e antipombalinas na historiografia educacional brasileira, isto é, nos discursos que “narram” e descrevem a história da educação brasileira no período pombalino (1750-1777). Já Bispo (2021) investiga a concepção do ensino de instrução elementar na legislação e na política pombalina, a partir da historiografia, de manuscritos e de fontes documentais e legislativas, o pesquisador seleciona o recorte cronológico que se inicia em 1757 com a publicação da Lei do Diretório dos Índios.

Mais recentemente duas teses foram defendidas, a de Santos (2023) e São José (2023). A tese **“O Marquês de Pombal e os Ingleses: a contribuição de Thomas Mun para a instrução pública (1571-1641)”** de Santos (2023) explora o modo como as representações do Marquês de Pombal relativas à Inglaterra – e aos ingleses – concorreram para as reformas de ensino. De modo geral, aborda o impacto dos contatos com a nação inglesa, e de modo particular, concentra-se na figura de Thomas Mun, considerado por muitos como um dos representantes do mercantilismo. Em **“As Reformas Pombalinas da Instrução Pública e as Ordens Religiosas: o caso de Sergipe Del Rey”**, São José (2023) analisa a relação entre as Reformas Pombalinas da instrução pública e as ordens religiosas, estuda o modo como a historiografia tem representado essa relação, observando o caso de Sergipe Del Rey. Busca compreender, também, como o Primeiro Ministro de D. José I lidou com as ordens religiosas católicas: os jesuítas, oratorianos, franciscanos, carmelitas e beneditinos.

Vale salientar que a proposta da pesquisa aqui empreendida é um pouco ousada, ainda que utilize os trabalhos supracitados como base, não possui viés similar, pois nesta discussão será utilizada uma composição pouco conhecida que possui mais elementos romanescos que as reformas, com o propósito de esmiuçar a representação de Pombal e as reformas em uma narrativa ficcional.

Tabela 3 - Teses e Dissertações provenientes da RUN

DISSERTAÇÃO	
Ano de defesa:	2010
Título:	William Kingston e The Prime Minister: Uma representação ficcional da era pombalina
Autor:	Helena Cristina Viana dos Santos

Orientador:	Prof. Dr. João Paulo Ascenso Pereira da Silva
Instituição de Ensino:	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
TESE	
Ano de defesa:	1998
Título:	Temas, mitos e imagens numa revista Inglesa do Porto, The Lusitanian: 1844-1845
Autor:	João Paulo Ascenso Pereira da Silva
Orientador:	Profa. Dra. Maria Leonor Machado de Sousa
Instituição de Ensino:	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora. Cruz, 2022.

Esta última tabela contém trabalhos que mais se aproximam da discussão aqui tecida. Exibe, por exemplo, o trabalho de Santos (2010), única dissertação de autoria portuguesa encontrada sobre *The Prime Minister*, a qual será analisada mais detalhadamente nas páginas subsequentes.

Após os resultados obtidos pela CAPES, observa-se que a fortuna crítica acerca da representação de Sebastião José de Carvalho e Melo, bem como o diálogo entre Literatura e História, considerando o período Pombalino/Josefino, carece de estudos. Esta é uma das razões pelas quais este trabalho propõe robustecer os estudos nessa perspectiva e, desse modo, contribuir para a área da Educação. A incidência de trabalhos com a temática pombalina relacionada à História é abundante, principalmente em relação aos jesuítas, não necessariamente relacionadas aos seus métodos de ensino.

A partir destes estudos já existentes acerca da temática pombalina em relação à representação na literatura e mito, reformas pombalinas, bem como àqueles que não dissertam diretamente sobre aspectos Literários e Históricos, os quais contribuíram para esta dissertação em relação ao entendimento sobre as propostas de reforma de ensino, os intelectuais que participaram desse processo, a expulsão dos Jesuítas e o uso da Língua Geral. Destacam-se alguns trabalhos, a exemplo do estudo de Silva (2018) intitulado “**Antônio Ribeiro Sanches e as propostas de Reforma do Ensino em Portugal do século XVIII: análise das Cartas sobre Educação e Mocidade (1760)**” defendido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Maringá (UEM), com seções, a título de exemplificação, dedicadas ao iluminismo português e às reformas pombalinas de ensino, reinado de D. João V e às conhecidas

Reformas Pombalinas no ensino (Reforma dos Estudos Menores e Reforma Universitária de 1772. Este último recorte tratado, também, por Nunes (2013).

O trabalho de Silva (2018) analisou as Cartas sobre a Educação e a Mocidade, escritas por Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782) como diretrizes pedagógicas para as reformas pombalinas no ensino de português, que são alguns dos escritos que embasaram tais reformas a partir da expulsão da Companhia de Jesus. A fim de explicitar a escolha do objeto de estudo “As Cartas sobre Educação e a Mocidade”, a autora traça paralelos entre as medidas pombalinas e as transformações ocorridas na segunda metade do século XVIII português, as quais se deram devido ao “atraso” de Portugal em relação aos outros reinos europeus. Os pressupostos reformistas estavam vinculados aos ideais desta necessidade de modernização do pensamento português, as mudanças da época das “Luzes”¹⁴, momento em que o homem buscava a compreensão do mundo pelo viés racional e científico, foram estudadas na dissertação.

Importante destacar que Silva (2018) faz a análise de como foram processadas em Portugal as transformações no papel da educação para a formação de um novo homem que correspondesse às necessidades econômicas e ideológicas da sociedade portuguesa (LIMA, 2018). O texto também relaciona as ideias sugeridas nas Cartas aos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais em que Antônio Nunes Ribeiro Sanches estava inserido. As contribuições deste trabalho para com este ensaio, se revelam, também, pelas informações acerca do pensamento iluminista e dos antecedentes históricos do iluminismo na Europa, explicitando desde os momentos em que

Os burgueses já não aceitavam passivamente a ideia de soberania plena do rei e a constituição divina da Igreja. Desejam, então, assumir o controle da sociedade tripartida. Com esse novo modo de pensar a sociedade, os questionamentos se tornaram cada vez mais racionais, produzindo antagonismos entre a fé e a razão. Um movimento intelectual despontou composto por filósofos, homens de letras e pensadores, que buscavam respostas para os dilemas que enfrentavam e também, para compreenderem as razões dos fatos. Assim, a partir do século XVIII, a Europa passou por um processo de mudança no campo das ideias, ocasionando em transformações nos diferentes aspectos da sociedade, desde a produção material, quanto à mentalidade humana. Eram as “Luzes” que invadiam a Europa. (LIMA, 2018, p.50).

Há um escrito que não possui Sebastião José como figura central das discussões, no entanto, no qual impera as relações deste com as ações estudadas: trata-se da dissertação de Luz (2019), com o título “**Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima: perfil de um prelado pombalino (1723-1774)**”, pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal da Bahia. O texto ressalta as implicações entre inclinações e oposições das relações de

¹⁴ Nome utilizado em relação ao movimento e ideais iluministas presentes no século XVIII no Continente Europeu.

Estado e Igreja, destacando a figura de D. Tomás da Encarnação como um “intrépido aliado do Marquês de Pombal” e, portanto, um “bispo pombalino”, uma vez que este defendia a submissão da Igreja e dos povos ao Cetro Real.

Algumas das seções dedicadas a desvelar tais percursos tratam especificamente das relações entre Igreja e Estado no período pombalino, bem como a relação dos “bispos pombalinos”.

Prudente (2017) com a dissertação “**Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1959)**” pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Paraná, traz um estudo a respeito de três dicionários. O objetivo do autor foi entender o processo de aprendizado da Língua Geral na Amazônia colonial por jesuítas do século XVIII. Assim, os três dicionários manuscritos foram analisados. O primeiro manuscrito “dicionário de 1756”, documento inédito transcrito pelo autor, provavelmente escrito por um missionário jesuíta de língua germânica. Trata-se de um dicionário escrito em Língua Geral, encontrado na Alemanha pelo linguista luxemburguês Jean-Claude Muller em 2012. O segundo manuscrito analisado é a “Prosódia” (Academia das Ciências de Lisboa). O terceiro “Vocabulário da Língua Brasil” (Biblioteca Nacional de Portugal).

Com a finalidade de compreender o aprendizado da Língua Geral, o texto disserta sobre a Companhia de Jesus, a Coroa Portuguesa e a língua supracitada a fim de abranger e contextualizar para o leitor como se deu o processo de ensino e dicionarização. Faz um preâmbulo com intuito de exemplificar a legislação linguística para o Grão-Pará e Maranhão, assim como destaca a relação do Estado português, os jesuítas e a Língua Geral sob o governo de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, Prudente (2017) também ressalta a atuação de jesuítas alemães na Amazônia no período pombalino.

O escrito, contribuiu para com este trabalho a respeito do uso da criação e utilização da Língua Geral e dos antecedentes da atuação jesuítica, bem como das políticas linguísticas postas em prática pela Coroa Portuguesa e da atuação de Mendonça Furtado, já que tais assuntos se relacionam com as reformas pombalinas da educação. O autor exemplifica que a Língua Geral ou na América portuguesa foi o idioma de comunicação entre missionários, colonos e indígenas tanto dentro quanto fora dos aldeamentos (PRUDENTE, 2017), bem como fala do estabelecimento dessa língua, posteriormente proibida em detrimento da língua portuguesa.

Furlan (2018), com a tese “**Gabriel Malagrida (1689-1761): Educador e Missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa**”, na área da educação, pela Universidade Estadual de Maringá, traz seções dedicadas ao terremoto de 1755 e Sebastião José de Carvalho

e Melo, intitulado-o como figura controversa do ministro reformador. Tendo por objetivo analisar a ação do Padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus, durante o século XVIII em Portugal e na América Portuguesa.

O autor analisou a contribuição para a formação social e educativa no período em que o Padre atuou como missionário da Companhia de Jesus na Corte Portuguesa e na América Portuguesa. O período delimitado para a pesquisa é 1689 – 1761, dividido em três principais tópicos. O primeiro trata do contexto histórico de Portugal no século XVIII, durante os reinados de D. João V e D. José I, traçando paralelos com a Companhia de Jesus; o segundo contextualiza a vida e a obra do Padre Gabriel Malagrida. O terceiro discorre sobre a imprensa portuguesa e as ações empreendidas pelo Padre Gabriel Malagrida.

Já Marchetti (2019) ao apresentar a tese **O iluminismo pragmático de Martim Francisco**: as origens da Instrução pública no Brasil pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, disserta sobre dois “iluminismos” educacionais (pombalino e condorcetiano) presentes nos fundamentos da instrução pública brasileira, representados na figura de Martim Francisco, o qual, segundo o autor, apropriou-se de ideias europeias para adaptá-las ao ambiente brasileiro, considerando que ele adota uma postura que se aproxima da de Ribeiro Sanches: pensar a instrução pública para formação do bom cidadão, ou seja, aquele que pode colaborar com o progresso do Reino.

A fim de iniciar tal discussão, o texto aborda inicialmente o trajeto da educação brasileira, bem como o momento de transição do ensino sob o controle da Igreja e sob o controle do Estado, ressalta a laicização do ensino com o intuito de demonstrar as influências adquiridas de Portugal nos conceitos brasileiros, ao exemplificar que o movimento de laicização do Ensino desse país é anterior ao início da Revolução Francesa.

O trabalho apresenta a argumentação acerca da diferença do processo de estatização da escola, na qual segundo Marchetti (2019) Pombal jamais permitiria que o Estado estivesse a serviço da religião. Desse modo, torna a laicização do ensino inevitável.

Sobre os trabalhos defendidos no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, iniciando-se por Nunes (2013), com a dissertação, **“A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772”**, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, a qual investiga a Reforma de 1772, vista aos olhos da autora como um dos fatores que impulsionam um ideal de nação: “abrangência da política educacional considerada como elemento propulsor de um ideal de nação”. Nunes (2013) destaca autores que dissertam sobre o tema, e faz breve análise dos impactos das reformas Pombalinas no Brasil e em Portugal, apresenta problemáticas ou pontos divergentes de um mesmo autor. Por exemplo, algumas considerações de Azevedo (2010) o

qual declara que as reformas pombalinas desorganizaram por completo o sistema pedagógico e cultural da colônia, contudo, expressa também que as ações empreendidas por Pombal foram inovadoras e tiveram êxito devido à implementação dos estudos universitários.

O texto cita a regulamentação da profissão docente, algo que é importante saber acerca, pois, por meio das reformas pombalinas da educação no século XVIII regulamentou-se o sistema que conhecemos hoje, principalmente no que diz respeito aos professores de escolas públicas que prestam concurso para trabalhar de forma remunerada pelo Estado. Assim, percebe-se a gênese da docência no Brasil nos moldes conhecidos atualmente. Infelizmente, persiste a precarização do ensino básico e fundamental devido à ausência de concursos públicos em virtude da utilização de cargos temporários e comissionados pelos Estados e Municípios¹⁵.

Na dissertação é apresentada a informação de que após a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, o Estado assumiu a tarefa de oferecer o ensino, instituído através do Alvará de 28 de junho de 1759, promulgação, esta, responsável pela implantação das reformas dos estudos menores, pelo estabelecimento da exigência de concursos para a seleção de professores régios, bem como pelas diretrizes de uma nova proposta educativa centralizadora.

Algumas das discussões mais pertinentes do trabalho de Nunes (2013) encontram-se no desenvolvimento dos dois capítulos para a formulação da compreensão dos processos das reformas. No primeiro capítulo, uma vez que o foco são as reformas dentro da Universidade de Coimbra e as políticas para a educação superior, e o segundo que debruça-se sobre uma análise do compêndio histórico (1771).

O escrito em questão explica ao leitor as reformas pombalinas de ensino e os processos que sofreram até serem postas em prática, assim como outros textos provenientes do levantamento, debatem as relações das ações empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo.

O estudo de Souza (2011) “**Sob as luzes das Reformas Pombalinas da Instrução Pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757 – 1827)**” pelo Programa de Pós-graduação em Educação, discorre sobre os dicionários produzidos no contexto histórico estudado, justificando sua escolha devido ao fato desses escritos terem sido objetos de estudos lexicográficos, ou servindo para pesquisas no campo da Análise do discurso. Além de levar em consideração os aspectos linguísticos, o autor também observa como esses elementos

¹⁵ Tomando como exemplo a Prefeitura de Lagarto – Sergipe, cidade onde moro, a qual lançou o último edital para concurso público em 2011 (edital de concurso público nº 01/2011 de 15 de junho de 2011). Link de acesso: https://www.aocp.com.br/concursos/arquivos/17_06_2011_Edital_de_Abertura_n_01_2011_Retificado.pdf.

metalinguísticos se inserem dentro de um projeto político de criação do *status* de nação-potência.

Com a finalidade de atender ao proposto, Souza (2011) buscou preencher uma lacuna no que se refere ao estudo dos dicionários, utilizando-se e guiando-se a partir de outra perspectiva, a qual se relaciona ao discurso do legislador e das Reformas Pombalinas da Instrução Pública, um dos elementos que o autor considera ser um dos pilares do projeto político do Marquês de Pombal.

Para atingir tais intentos, o texto apresenta os antecedentes das Reformas Pombalinas da Instrução Pública, o ensino pré-pombalino em Portugal e no Brasil, a ascensão de Pombal e a racionalização do ensino (época das “Luzes”); apresenta preâmbulo sobre a Lei dos Diretórios dos Índios, Estatutos da Aula do Comércio, escolarização e dicionarização, bem como apresenta análise dos dicionários do “período pombalino”.

Também pelo Programa de Pós-graduação em Educação, a dissertação de Santos (2011), com o título **“A instituição do ensino de primeiras letras no Brasil (1757-1827)”**, assim como Nunes (2013), trabalha com um recorte de pesquisa mais específico no que se refere ao ensino, tendo como ponto de partida os ideais reformistas do também Conde de Oeiras. Santos (2011) discorre sobre o intuito de Pombal de construir uma nova sociedade com os princípios da razão, alicerçados na tentativa de construção de uma nação iluminista.

O objetivo de Santos (2011) foi investigar o processo de escolarização dos saberes elementares ocorridos em Portugal e seus domínios, a exemplo do Brasil, levando em consideração as reformas pombalinas da instrução pública, seguindo dois tópicos do Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas do Brasil (GPHELB), sobre o ensino das primeiras letras e a legislação como suporte jurídico de práticas de ensino.

A autora estrutura o trabalho em três momentos: o primeiro discorre sobre a “A escolarização dos saberes elementares”, o segundo sobre os primeiros teóricos do ensino elementar em língua portuguesa, no qual apresenta três obras: *Grammatica da língua portuguesa* (1540), *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (1722) e *Apontamentos para a Educação de Escrever e Contar* (1734). O terceiro tópico fala sobre a legislação do ensino elementar (1757 – 1827) no qual há discussões sobre a Lei do Diretório dos Índios e os alvarás que orbitaram a Lei do Diretório.

Com o intuito de compreender um pouco mais acerca das relações anglo-portuguesa e luso-brasileira, vários trabalhos foram estudados, no entanto, a tese de Teles (2019), **“O Inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)”** contribuiu um pouco mais para o entendimento a respeito do assunto. Defendido pelo Programa

de Pós-graduação em Educação, destaca alguns pressupostos importantes, sobretudo, sobre a relação entre Portugal, Inglaterra e a América Portuguesa (colônia portuguesa que viria a ser o Brasil). O estudo é situado entre a criação da Aula de Comércio em Portugal (1759), e o fim da atividade do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Teles (2019) justifica seu estudo devido à oportunidade de detalhar o ensino de inglês dedicado ao atendimento de profissionais do comércio, ao perceber, durante a revisão bibliográfica, que não havia produções a respeito dessa temática.

O estudo contribui para com este trabalho, uma vez que ao discursar sobre a relação entre o ensino de língua Inglesa e a instituição comercial no início do século XVIII em Portugal e na América Portuguesa, como o autor intitula, o texto amplia a observação da instrução mercantil no território português e em sua colônia à medida que a língua inglesa ganhou destaque devido à relação entre Portugal e Inglaterra.

Dentre as dissertações e teses encontradas, as quais não comentam especificamente sobre o objeto pesquisado neste estudo, destaca-se o trabalho de Santos (2010), a qual apresenta relação direta em relação ao estudo da representação ficcional da Era Pombalina, utilizando-se a obra *The Prime Minister*, da qual pretende-se tratar nessa breve discussão. O escrito em questão, orientado por Silva (1998), é **“William Kingston e The Prime Minister: Uma representação ficcional da era pombalina”**, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Trata-se de uma dissertação em Estudos Anglo-Portugueses, cujo estudo comunga dos questionamentos oriundos da mesma obra, e a tese de Silva (1998), **“Temas, mitos e imagens numa revista Inglesa do Porto, The Lusitanian: 1844-1845”**.

Dessa forma, o estudo de Santos (2010) contribuiu de forma vultosa para esta dissertação, pois descreve pressupostos acerca dos elementos presentes na obra escolhida para esta pesquisa. Assim, além de analisar os dados historiográficos, apresenta informações pertinentes sobre William Henry Giles Kingston, o qual, sabe-se não ter muitos trabalhos sobre sua vida e sua obra.

Por fazer parte dos estudos anglo-portugueses, o estudo de Santos (2010) faz relações entre as particularidades que permeiam a obra de Kingston e os aspectos que conectam Inglaterra e Portugal desde antes do Tratado de Methuen ¹⁶(Tratado dos Panos e Vinhos de

¹⁶ O tratado de Methuen também chamado de Tratado de Panos e Vinhos foi um acordo comercial e militar assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703 e vigorou até 1836. O tratado foi fundamentado na troca de vinhos de Portugal pela produção têxtil da Inglaterra. MENEZES, S. L., & COSTA, C. J. (2012). Esse tratado foi assim chamado por causa do nome do então embaixador extraordinário britânico em Lisboa, John Methuen, que representava a Rainha Anne. O tratado de Methuen, um dos mais curtos da história, pois contava de

1703), bem como analisa a conexão do autor da obra, estabelecido na Cidade do Porto, e os motivos que o fez escolher retratar Portugal durante a Era Pombalina, uma vez que devido ao antigo contato das duas nações, torna-se lógico que haja considerável população inglesa que habite em Portugal.

Com relação à sua dissertação, Santos (2010) faz uma contextualização política e temática, com intuito de tecer disposições acerca dos aspectos supracitados, além de analisar *The Prime Minister* em partes específicas, tais quais, tais como os jesuítas, o judeu na obra e os elementos da Literatura Juvenil.

A autora responde questionamentos relevantes, como por exemplo, o fato de William H. G. Kingston deixar explícito no título da obra que se trata de um romance histórico,

A classificação do gênero literário no próprio título não é uma inovação do autor. Desde os meados do século XIX que os escritores faziam este tipo de especificações nos títulos, remetendo estes muitas vezes para o tempo histórico, para o espaço geográfico ou para figuras históricas – no nosso romance para o Marquês de Pombal. (SANTOS, 2010, p. 44).

Há também, durante as explanações de Santos (2010) as constatações sobre como William H. G. Kingston buscou em sua obra demonstrar os amores e ódios direcionados ao Primeiro Ministro de D. José I, no entanto, Santos (2010) não considera tais traços como elementos filopombalistas ou antipombalistas, sobretudo a visão filopombalista do inglês permeada na narrativa. Assim, é possível constatar que há no texto uma admiração em relação ao Marquês de Pombal. Essa percepção pode ser atestada, pois Kingston busca confundir-se com o narrador, como será visto nas análises seguintes.

A tese de doutoramento de Silva (1998) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa aprofunda conceitos pertinentes para com esta pesquisa. Intitulado “**Temas, mitos e imagens numa revista Inglesa do Porto, *The Lusitanian*: 1844-1845**”, nela o autor efetua um estudo do periódico *The Lusitanian*, publicado no Porto por membros da Comunidade Britânica (1844-1845). Dentre os escritores e editores da revista estava William Henry Giles Kingston. Havia uma regra que exigia o anonimato na publicação, o que dificultou a identificação por parte do pesquisador, uma vez que eram utilizados heterônimos e pseudônimos. Contudo, o autor conseguiu identificar alguns dos principais mentores da revista, os quais foram, respectivamente, William Henry Giles Kingston

apenas três artigos, afirmava que a Inglaterra se comprometia a adquirir os vinhos de Portugal, pagando estes dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. Na mesma lógica, os portugueses se comprometiam a adquirir os panos ingleses. Esse tratado provou ser muito mais vantajoso para os britânicos do que para os lusos. (HERTSLET, 1820, p. 24-25).

e William Richard Harris, membros de influentes famílias inglesas de produtores e comerciantes de Vinho do Porto.

William H. G. Kingston engendrou composições com a utilização de heterônimos neste periódico, a exemplo do heterônimo Padre Manoel, a quem atribuiu uma série de crônicas. De acordo com o autor, o objetivo da revista seria servir de veículo de divulgação de Portugal e da sua cultura entre os ingleses. Silva (1998) relata que os editores manifestaram propósitos de abertura, não com o intuito de circunscrever o seu público aos cidadãos britânicos. O desejo seria tornar a revista acessível e interessante à camada culta da população, esta com quem os ingleses mantinham contato próximo, em especial no tocante ao intercâmbio econômico e comercial.

Tais peculiaridades da vida de William H. G. Kingston, a exemplo da sua abastança por meio do comércio de Vinho do Porto, característica peculiar, uma vez que historicamente as relações entre Inglaterra e Portugal nem sempre foram benéficas para o território português acarretaram em ingleses com uma tradição comercial nesse território. Maxwell (1996), expõe essa relação a muito tempo firmada:

As fábricas britânicas em Lisboa e no Porto eram, na verdade, comunidades comerciais privilegiadas que possuíam uma posição legal que datava do século XVII. O Tratado de 1654 entre Portugal e a Inglaterra de Cromwell não só garantia aos ingleses as “mesmas liberdades e privilégios e isenções dos portugueses no comércio metropolitano e colonial”, mas também proporcionava tolerância religiosa e, por um artigo secreto, proibia elevar as taxas alfandegárias de produtos ingleses para mais de 23 por cento. (MAXWELL, 1996, p. 46)

Assim, William H. G. Kingston é fruto da relação anglo-portuguesa de benefícios e tratados comerciais, conexão esta que respingou em outros países, a exemplo do Brasil. Diante do exposto, este preâmbulo sobre a obra escolhida busca cooperar com os estudos da representação pombalina relacionados à História e Literatura, considerando-se aspectos do mito, por ser um campo que carece de mais dissertações e teses, uma vez que os trabalhos encontrados, em sua maioria dissertam sobre as reformas pombalinas da educação e os pensadores que o nortearam ou sobre as políticas linguísticas reformistas da segunda metade do século XVIII português.

Desse modo, as seções iniciais deste ensaio possuem o intuito de dialogar acerca dos pormenores do texto literário, trazendo os excertos mais relevantes que retratam Pombal como uma figura positiva e reformista. Assim, a seção de número dois deste trabalho é dedicado a Sebastião José de Carvalho e Melo, o homem histórico e o homem mítico, tecendo conjecturas sobre os elementos do imaginário que permeiam e rodeiam o Marquês de Pombal, a fim de

evidenciar o caráter reformador do Primeiro Ministro de D. Jose I, bem como lançar luz sobre as características que o envolvem em um mito de origem de um novo tempo ou nova era do ponto de vista político, econômico, educacional e cultural.

A seção de número três trata da relação entre William H. G. Kingston e Portugal que propiciou a escrita do seu romance histórico. Nesse ponto são discutidos os pormenores de sua obra e fatores que contribuíram para a escolha do tema, bem como apresentar o escritor do romance como fruto das relações anglo-portuguesas. As seções de números quatro e cinco serão dedicadas à análise da narrativa de *The Prime Minister an historical Romance*, a respeito dos elementos presentes nos volumes I, II e III da referida obra, buscando identificar o modo como Pombal é representado em momentos chave da narrativa, a exemplo do terremoto de 1755, com intuito de investigar se, segundo o narrador, Sebastião Carvalho é herói ou vilão, se sua atitude é positiva com relação aos jesuítas e nobres, se suas reformas educacionais ocorreram no momento da narrativa ou são apresentadas como um produto do confronto de ideais com os integrantes da Companhia de Jesus.

As seções de números seis e sete foram utilizadas para a discussão das questões educacionais em *The Prime Minister*, com o intuito de destrinchar os pormenores das desavenças ideológicas, políticas e de poder entre Jesuítas e Pombal as quais causaram a necessidade das reformas educacionais em Portugal e, por consequência, nos países em que o território português exercia seu poder. Para esse propósito foram utilizados alguns excertos da obra para exemplificar o antijesuitismo presente no escrito.

3. MARQUÊS DE POMBAL: O HOMEM HISTÓRICO E O HOMEM MÍTICO

Com a finalidade de compreender as visões maniqueístas a respeito do homem que marcou consideravelmente o século XVIII português, o detentor de uma memória bifurcada no imaginário de Portugal e países que possuem relação com este, torna-se imprescindível entender como a figura deste homem despertou elementos para a criação de um “mito”, durante a governança de D. José I (1750-1777). Esta mitificação pode ser considerada um problema para a historiografia, pois muita da literatura produzida em torno do Marquês de Pombal está minada ideologicamente como coloca Franco e Rita (2004).

Consoante aos dados apresentados por Serrão (1982), Pombal é filho de Manuel de Carvalho e Ataíde, capitão-tenente do Mar e da Guerra e D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo. Ele não pertencia à primeira nobreza do Reino, no entanto, não possuía baixa ascendência como seus inimigos, nobres portugueses, pretendiam fazer-se acreditar. Nesse ponto percebe-se que também não há uma crescida meteórica para a alta classe, como alguns relatos postulam, desde seu nascimento:

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa a 13 de Maio de 1699 e foi baptizado a 6 de Junho na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, tendo por Padrinho o avô paterno e homónimo. Já se pretendeu que o local de nascimento foi uma quinta no termo de Soure e que a criança foi logo levada para a cerimónia do baptismo na freguesia de seus pais. (SERRÃO, 1982, p.10).

Deste trecho, destaca-se o fato do avô de Pombal e homônimo, que também era padrinho do Primeiro Ministro de D. José I, ser fonte de confusão para os historiadores. Consoante Maxwell (1996), Pombal era o mais velho de doze filhos, quatro dos quais morreram jovens, e alguns enveredaram por caminhos diferentes. No entanto, dois deles se destacam por colaborarem na administração pombalina, tal traço é perceptível pois,

Seu irmão mais novo, José Joaquim, foi morto em combate nas índias portuguesas durante o serviço militar. Suas irmãs fizeram-se religiosas. Dois de seus irmãos, Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), tornaram-se colaboradores muito próximos em sua administração e um terceiro irmão, frei Diogo de Carvalho, viveu na Itália. (MAXWELL, 1996, p. 3).

Em linhas gerais, o autor supracitado afirma que a família era muito unida, e que os irmãos Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho combinaram os recursos financeiros e

propriedades no interesse de Sebastião José de Carvalho e Melo. Tal fraternidade é constatada no retrato dos irmãos, no teto do Palácio de Oeiras¹⁷, o *Concordia Fratrum*¹⁸.

Apesar da alcunha de “Marquês de Pombal”, esse título só lhe foi concedido em 1769, aos 71 anos, ou seja, 19 anos após a sua “governança”. Seu percurso até a nobreza inicia-se com o primeiro casamento. Em 1723 fugiu para casar-se com a sobrinha do Conde de Arcos, Dona Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada. No entanto, esse ato não foi bem visto pela família de Dona Teresa, pois não consideravam o Marquês um pretendente apropriado. Nesse primeiro casamento não houve filhos. Após a morte da esposa, ocorreu a segunda união, (1746) com Maria Leonor Ernestina Daun, a condessa de Daun (MAXWELL, 1996, p.3). Este último casamento, ocorrido enquanto Sebastião José ocupava o cargo de enviado português em Viena.

Sua vida pública foi iniciada em 1738, como Enviado Extraordinário, uma vez que foi chamado para substituir seu primo, Marco Antônio de Azevedo Coutinho.

Dessa forma, a partir da sua atuação como Enviado Extraordinário, o Marquês de Pombal, com o aval de D. José I, foi se firmando cada vez mais durante o governo Josefino¹⁹. Contudo, foi em 1755 que Sebastião José de Carvalho e Melo se tornou “braço direito” de D. José I, reestruturando Lisboa após o sismo de Lisboa do dia 1º de novembro do mesmo ano.

Tal ascensão, induziu ainda mais a criação de um mito em torno deste homem que, por conta de sua trajetória peculiar, diferente da trajetória de homens da nobreza, traduziu o espírito de crença do povo português no século XVIII.

No que concerne à criação do mito, Eliade (2000) diz que é uma realidade cultural complexa, podendo ser interpretada em perspectivas múltiplas, em relação à definição:

A definição que me parece menos imperfeita, por ser a mais lata, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos <<começos>>. Noutros termos, o mito conta como, graças aos feitos dos Seres Sobrenaturais, uma realidade passou a existir. (ELIADE, 2002, p. 12)

Nesse sentido, como surgiria o mito do Marquês de Pombal? Barthes (2009) discorre que o discurso mítico não surge da natureza das coisas, mas emerge de circunstâncias históricas

¹⁷ A origem da Quinta de Oeiras da Família Carvalho é dita proveniente do seu Tio Arcipreste e do casamento com a primeira mulher, Dona Teresa de Noronha.

¹⁸ *Concordia Fratrum*, Sebastião José e seus dois irmãos, Mendonça Furtado e Paulo Carvalho, pintura localizada no teto do Palácio de Oeiras.

¹⁹ Denominação também utilizada para se referir ao período de reinado de D. José I “o reformador”.

concretas. Dessa forma, como o mito se relacionaria a Pombal nesses termos? Levando-se em consideração a sua trajetória política, como destaca Franco e Rita (2004),

Nobres, Jesuítas e hierarquia eclesiástica foram domados pelo chicote da política reformista e persecutória daquele Ministro que alcançou das mãos do monarca D. José I um poder quase ilimitado. O rei tornou-se uma marionete nas mãos deste hábil político. (FRANCO e RITA, 2004, p. 33)

De mesmo modo, as tomadas de decisões para a reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, fenômeno natural que marcou profundamente um povo, o qual em uma sociedade permeada por antíteses, foi visto como um castigo divino, Sebastião José, aparece com medidas rápidas e eficazes para o momento, remodelando as ruas portuguesas, as construções, a exemplo, da estrutura lisboeta “a gaiola” à prova de terremoto. Além disso, algumas das medidas que demonstram o início desse imaginário em torno do Marquês de Pombal foram:

Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente, e, com permissão do patriarca de Lisboa, levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para as novas construções. (MAXWELL, 1996, p. 24)

Em uma sociedade enraizada em crenças, tais acontecimentos podem ser comparados a um mito de reconstrução, um mito de início, a promessa do Portugal da época das navegações, o qual exercia grande influência nas rotas marítimas.

Ao refletir acerca desse mito relacionado à Literatura e aos elementos ficcionais, Franco e Rita (2004) lançam luz a dois termos. O primeiro termo, *deus ex machina*²⁰, aquele que traz uma solução milagrosa no final. Na Antiguidade Greco-Latina, (*deus ex machina*) era um recurso dramático que consistia originariamente na descida em cena de um deus cuja missão era dar uma solução arbitrária a um impasse vivido pelos personagens. Trata-se de uma resolução inverossímil dada a um problema dramático, Pombal apareceu para o Portugal do

²⁰ “Deus surgindo da máquina”. Referência à estrutura do recurso dramático utilizado para resolver situações sem solução. Pode ser visto em: GRISCI, Bruno. *Analógico: Deus Ex Machina – prejudicando histórias desde 445 a.c.* Nintendo Blast. 2011. Disponível em: <https://www.nintendoblast.com.br/2011/07/deus-ex-machina-prejudicando-historias.html>. Acesso em: 23 abr. 2022.

século XVIII tal qual um *deus ex machina*, a fim de resolver impasses e trazer as “luzes” do iluminismo assim como ocorria no restante da Europa, bandeira defendida por filopombalistas.

O segundo termo, também utilizado por filopombalistas, relaciona Sebastião José a Prometeu ou a um Herói equivalente:

Contra os filopombalistas que fizeram de Sebastião José de Carvalho e Melo o Prometeu ou o Hércules português, o herói do progresso e da iluminação de Portugal, inimigo visceral do obscurantismo, da hidra jesuítica, os antipombalistas teceram uma lenda negra deste ministro, fazendo dele o Nero Português, uma tempestade que semeou apenas desgraças, desordem e impiedade. Donde o mito bipolar de Pombal! (FRANCO e RITA, 2004, p. 24).

Prometeu foi um deus-titã sacrificado por Zeus por ter ousado roubar o fogo dos deuses, símbolo de todas as artes e técnicas de que os seres humanos eram desprovidos. De acordo com Azambuja (2013), esta imagem mitológica em sua gênese, demonstra o “sacrifício” de Prometeu, o qual efetuou algo proibido a fim de um “bem maior”, essa prerrogativa é atribuída ao Marquês de Pombal como aquele que a fim de trazer os ideais iluministas para Portugal, necessitou reformular a dinâmica da conjuntura desse país, bem como atuar de forma incisiva em aspectos que considerava pertencentes ao domínio e soberania portuguesa, como a expulsão dos jesuítas.

Da mesma forma que o mito pombalino se propaga a fim de robustecer o ideal de “o mal necessário”, cria-se a antítese desse ideal, vendo-o como aquele que se distancia do *deus ex machina*, e sim o homem que destrói Portugal retratado na figura de Nero. Alguns dos elementos filopombalistas, presentes já no prefácio da obra aqui estudada, salientam que as comparações entre Pombal e outras figuras marcantes do campo mitológico e de entidades históricas que têm importância nos anais da História é recorrente. Uma das comparações que pode ser destacada exprime que *Pombal, like Napoleon, was never prevented from doing what he considered necessary to forward his own views either political or divine. His motto was, Quid volo quid Jubeo*²¹(Vol. I, prefácio). O lema destacado em latim seria, grosso modo, “quero e ordeno”.

²¹ Pombal, assim como Napoleão, nunca se privou de fazer o que considerava necessário para apresentar suas próprias visões ambas política ou divina. Seu lema era, *Quid Volo quid Jubeo*.

4. A ESCRITA DE THE PRIME MINISTER

William Henry Giles Kingston, nascido em 28 de fevereiro de 1814 em Londres, filho de Lucy Henry Kingston e Sophia Rooke. Dessa união nasceram onze filhos. Kingston tornou-se o filho mais velho após a morte de sua irmã, a qual faleceu com poucos meses de vida. A família não gozava de baixo *status* social, uma vez que desenvolvia atividades comerciais na cidade do Porto desde meados do século XVIII. Por ser abastado, Silva (1998) e Santos (2010) ressaltam as vantagens do berço do autor, visto que o fato de ter ascendência de elevado estatuto econômico e social contribuiu para o tipo de educação que recebeu, assim como para as viagens e experiências vivenciadas.

Muito do que se sabe sobre o autor está presente, particularmente, segundo Kingsford (1947), em seus relatos autobiográficos, tais quais *My Travels in Many Lands* (1862), *Lusitania Sketches* (1845) e *Western Wanderings* (1856). Estas podem ter sido utilizadas pelo autor para suas obras ficcionais. Os traços da Literatura de Viagem e Juvenil fazem-se presente por toda a obra de William H. G. Kingston. Apesar de pouco conhecido em território brasileiro, o autor goza de prestígio entre os escritores ingleses, como autor de Literatura de Viagens. Nesse sentido, o mar é assunto frequente em suas obras, assim como a aventura.

Em um livro dedicado ao autor, intitulado *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*, escrito por Maurice Rooke Kingsford e publicado em 1947, há a descrição exaustiva da vida e obra do romancista. A pesquisa elenca, por exemplo, algumas das obras de William Kingston, tais como: *In the Wilds of Florida; My First Voyage to Southern Seas (a book for boys); Old Jack; On the Banks of the Amazon; Twice Lost; A Voyage Round the World; The Wanderers; The Young Llanero; Dick Cheveley; Two Supercargoes; Peter the Whaler; The Three Midshipmen; The Three Lieutenants*, entre outros ²²escritos.

Destes livros, alguns são pouco estudados, principalmente no que diz respeito aos que mencionam países que fogem do escopo europeu, cenário que demanda mais investigações a respeito dessas produções. As obras de Kingston são reconhecidamente marcadas por suas viagens. Nota-se que países da América do Sul também são fontes de fascínio para o autor já que, uma vez ou outra, figuram como tema de seus escritos presumivelmente fruto de suas viagens.

²² *The Three Admirals; In the Rocky Mountains; The Young Rajah; Afar in the Forest; Adrift in a Boat; Ben Burton; From Powder Monkey to Admiral a Story of Naval Adventure; Manco the Peruvian Chief; Saved from the sea; With Axe and Rifle; Washed Ashore; True Blue; Salt water; Captain Cook; Marmaduke Merry; Hurricane Hurry; James Braithwaite; Our Soldiers; Our Sailors; Notable Voyages; Great African Explorers; The Circassian Chief A Romance of Russia.*

As singularidades presentes em *The Prime Minister* (1845) fortalecem seu estilo e ensaia o que tornar-se-á a marca registrada deste autor. Não é incomum ver em versões das obras de Kingston a especificação “*a book for boys*”, recomendação que denota o aspecto juvenil dos escritos. A primeira escrita, com a temática juvenil, a consagrar o autor ocorreu em 1851 com a publicação de *Peter the Whaler*. O livro publicado no mesmo ano do clássico de Herman Melville, *Moby Dick*, foi bem recebido pela crítica e pelo público, o que fez com que o autor devotasse sua atenção ao gênero. Assim como muitos dos seus livros, *Peter the Whaler*, tem por palco principal o alto mar, com os componentes de uma grande aventura, naufrágios, raptos, pirataria, caça às baleias, mares revoltos e luta pela sobrevivência. Traz também o fundo de ensinamento moral comumente presente neste tipo de escrita.

Tais elementos, aclamados em *Peter the Whaler*, também estão presentes em *The Prime Minister*, publicado antes daquele, principalmente quanto à utilização do mar no início da jornada do herói da trama. Esse recurso visaria tornar o livro mais apetecível para o público, já que uma obra apenas sobre o Marquês de Pombal poderia não chamar a atenção de sua audiência alvo. A presença de injustiças, raptos, amores, suspense, navios e capitães fazem com que *The Prime Minister* possa, enquanto romance histórico, agradar aos que querem apenas uma literatura de fruição.

O cenário escolhido para compor a narrativa fornece os elementos supracitados, já enraizados na memória do povo português e de outros povos, componentes das grandes navegações. Ao priorizar tal cenário o autor suscita na lembrança coletiva as incríveis aventuras que ocorreram e que poderiam ocorrer no mar, Santos (2010) também cita que o período escolhido para o desenrolar do romance, o período Pombalino, é usual neste tipo de narrativa por representar um momento de viragem na política portuguesa, embasando-se no Mito do Marquês de Pombal (FRANCO e RITA, 2004).

Apesar da escrita de Kingston, de forma substancial, ser pautada na Literatura de Viagem, Silva (1998) aponta que na Revista *Lusitanian*, publicada no Porto por membros da Comunidade Britânica (1844-1845), da qual William H. G. Kingston fazia parte, havia composições poéticas originais de sua autoria, pertencentes ao domínio da lírica amorosa, algo que se reveste de um caráter inédito, uma vez que não são conhecidas quaisquer outras composições do autor com esse viés editadas ao longo de sua vida.

5. O ROMANCE HISTÓRICO E A LITERATURA DE VIAGEM

Um dos avisos constantes durante as aulas de literatura é “sempre desconfie do narrador”. Nesse sentido, ao iniciarmos a leitura de *The Prime Minister* nos deparamos com algumas descrições sobre como o autor-narrador iniciou pesquisas acerca da Era Pombalina. Santos (2010) chama a atenção para o prefácio, no qual o autor tenta convencer sobre a veracidade dos acontecimentos presentes no texto por meio de informações contidas nesse elemento pré-textual. Estes informes podem influenciar na forma que o leitor recebe os relatos como autênticos ou não, a fim de convencê-los da efetividade das situações, o autor inicia descrevendo sua trajetória em busca de materiais sobre o período pombalino. Menciona, assim, as suas cartas para conhecidos habitantes de Portugal com perguntas sobre a época, bem como menciona suas investigações na biblioteca do Porto:

Eu desfrutei, também, de acesso livre à Livraria Pública em Oporto, um estabelecimento magnífico, contendo milhares de volumes em todas as línguas. Tampouco devo deixar de mencionar a cordial atenção dada a mim pelo Senhor Gandra, o bibliotecário-chefe, que ajudou-me a procurar os trabalhos que solicitei. Aqui, encontrei inúmeros volumes valiosos, em Francês e Italiano, relativos à administração do Marquês de Pombal e as intrigas dos Jesuítas; e alguns em Português, relatando do terremoto (vol. I, cap. I).²³

Estes são os primeiros indícios que o autor nos dá acerca dos seus estudos e pesquisas sobre o tema. Inicialmente, Kingston cita sua longa estadia em Portugal. Desse modo, indicando aos leitores que possui conhecimento do que ali se apresenta. Sobre o prefácio, o autor também expõe seu posicionamento sobre o Rei João V de Portugal (1689-1750), o qual ele retrata como “fraco, intolerante, e extravagante”. Continua com severidade sobre o reinado de D. João V, o qual, segundo o autor permitiu que o Estado Português afundasse à beira da ruína e que, ao “finalizar seu pernicioso reinado e vida, foi sucedido por seu filho José I (1714-1777)”. Essa apreciação sobre o Rei João V distancia a tentativa do autor de confundir o leitor, uma vez que destaca sua visão parcial dos fatos, já que também atesta, segundo a obra, o talento de José I em “apreciar os talentos dos outros e por conta disso escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo”.

Em relação a estas considerações, Santos (2010) questiona

²³ Original: *I enjoyed, also, free access to the Public Library at Oporto, a magnificent establishment, containing many thousand volumes, in all languages. Nor must I omit to mention the Courteous attention I received from Senhor Gandra, the Chief Librarian, in aiding me in my search for the works I required. Here I found several valuable volumes, in French and Italian, relating to the administration of the Marquis of Pombal, and the intrigues of the Jesuits; and some in Portuguese, giving an account of the earthquake.* (vol. I, cap. I)

Quem nos garante que neste texto introdutório o escritor não está já a delinear todo um estratagema para que autor e narrador sejam identificados como a mesma figura, sendo praticamente impensável duvidar daquilo que é afirmado ao longo dos três volumes? (SANTOS, 2010, p. 68)

O questionamento nos leva a algumas suposições. A tentativa do escritor para que possamos identificar autor e narrador como sendo iguais, parte de um dos objetivos descritos no título do livro “romance histórico”, fazendo com que aquele que lê se pergunte quais as movimentações que partem da ficção e dos dados historiográficos, portanto, questionar-se durante a obra e atizar a curiosidade da audiência. No entanto, faz-se importante destacar que o autor se compromete com a verossimilhança, já que utiliza bases factuais para criar seu enredo.

Acerca da sutil diferença e tratamento para com a História e a ficcionalização de fatos históricos, uma vez que as perguntas sobre ambas não podem ser respondidas, pois a depender da leitura de um determinado material, documento ou dado e interpretação de quem está estudando, pode-se obter apenas uma avaliação minuciosa sem qualquer adição de informação ou até a total ficcionalização a partir de uma documentação. Neste caso, o que podemos perceber enquanto entrelaçadas no texto de abertura de *The Prime Minister*, Chartier (2002) explicita em *History versus Story ou as regras do relato verídico* que

a história singulariza-se, porém, pelo facto de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretenderem ser a reconstrução de um passado que existiu. Esta referência a uma realidade situada fora e antes do texto histórico, e que este tem por função reconstituir à sua maneira, não foi dispensada por nenhuma das formas do conhecimento histórico, melhor ainda, ela é aquilo que constitui a história na sua diferença mantida com a fábula e a ficção. Ora é justamente esta partilha que parece ser menos segura, por dois conjuntos de razões. Por um lado a reinscrição da escrita histórica no campo da narrativa pôde levar a apagar praticamente a fronteira que a separa do relato de ficção e a fazer com que seja considerada um «literary artifact», uma «form of fiction-making», aplicando as mesmas categorias narrativas e as mesmas figuras retóricas que os textos de imaginação. Daí uma mudança de critérios de identificação dos modos de discurso, classificados segundo os paradigmas de encenação em forma de intriga que os articulam, e já não segundo a relação que se supõe manterem com a realidade. Daí uma mudança paralela da própria definição da explicação histórica, entendida como o processo de identificação e de reconhecimento dos modos e formas do discurso posto em prática pelo relato, e já não como a explicação do acontecimento passado. Mesmo se, em tal perspectiva, o objectivo referencial da história não é negado ou abandonado (caso contrário, como constituir a história como específica?), a ênfase encontra-se noutro lugar, nas identidades retóricas fundamentais que assemelham história e romance, representações e ficção. (CHARTIER, 2002, p. 84)

Desse modo, a linha tênue entre história e o romance literário é um artifício utilizado pelo autor desde o princípio, uma vez que Kingston aponta inicialmente os seus estudos,

pesquisas, o que faz com que a narrativa, por si só, justifique sua singularidade. Não é possível conceber as ações relatadas no livro como reais, no entanto, o movimento de ida e volta para com a História permite que a obra esteja em um estado suspenso entre os dois lados de retratar o conhecimento. Um dos movimentos de afastamento da História se dá por meio das personagens, uma vez que há a presença de sujeitos fictícios, por conseguinte, todas as ações empreendidas por estes também são fictícias.

Outro fator significativo para essa escolha de Kingston é que se, pela ingenuidade do leitor, a voz de quem narra for confundida como a voz do autor, a probabilidade de quem lê acreditar que os fatos narrados são reais tornar-se-á mais alta.

Posto isto, podemos assim tecer fios condutores em relação à diegese, e identificar o foco narrativo, apesar da tentativa do escritor de confundir o leitor em relação à diferença entre narrador e autor. Ressalta-se assim, o foco narrativo, o qual mais uma vez é um indicativo da intencionalidade de confundir os dados historiográficos e os dados do romance. Sobre a narrativa, Junior *In Bonnici*; Zolin (2005) destacam que o foco narrativo evidencia o propósito do narrador (e, por extensão, do autor) de mobilizar intelectual e emocionalmente o leitor, manipulando-o para aderir às ideias e valores que veicula ao contar a história.

Em virtude de desnudar a estratégia desde o princípio, faz-se compreensível as escolhas feitas pelo autor, destarte, ao diferenciar autor e narrador, observa-se que o último pode ser classificado como “narrador onisciente intruso” também chamado de “autor” onisciente intruso, Trata-se, portanto, de um narrador heterodiegético, aquele que não participa da história narrada, o qual se destaca como mais um elemento para a finalidade da criação que é mostrar a trama por um ponto de vista divino, já que o narrador sabe o que ocorreu, o que está acontecendo e o que ocorrerá, pois

Esse foco narrativo caracteriza o narrador que adota um ponto de vista divino, para além dos limites do tempo e espaço. Tal narrador cria a impressão de que sabe tudo da história, das personagens, do encadeamento e do desdobramento das ações e do desenvolvimento do conflito dramático. Ele usa preferencialmente o sumário, suprimindo ou minimizando ao máximo a voz das personagens. (JUNIOR, 2005, p.41).

Para além desta assertiva, a escolha desta focalização se interpõe entre leitor e fatos narrados, há pausas para a exposição e posicionamento da opinião do narrador relativas aos constituintes da narrativa, algo que pode validar as suposições iniciais, uma vez que assim como coloca Friedman (2002), onisciência significa literalmente, aqui, um ponto de vista totalmente ilimitado – e, logo, difícil de controlar.

No entanto, essas circunstâncias não bastam para o empreendimento de assimilar tais escolhas, pois ao distanciar-se da narrativa e, por conseguinte, demonstrar uma visão geral dos acontecimentos o escritor busca a verossimilhança, faz com que os leitores desconfiem menos do narrador que, assim como se punha, possui detalhes acerca da diegese, conseguindo manipular para que o público confie na voz do narrador.

No que diz respeito à diegese, esta inicia-se *in media res*, a qual de acordo com o *E-dicionário de termos literários*²⁴, refere-se à expressão latina retirada da *Arte Poética* de Horácio (*Semper ad eventum festinat et in medias res non secus ac notas auditorem rapit*) que significa, *ipsis litteris*, no meio dos acontecimentos. As situações omitidas no início da narrativa (*ab ovo*) são posteriormente colocados na diegese por meio de analepses, tal qual um *flash back*. Desse modo, explica-se aos leitores alguns fatores que levaram os personagens para tais lugares e as razões pelas quais estão ocorrendo algumas ações.

Faz-se importante ressaltar que antes mesmo do enredo, o prefácio já enfatiza o marco temporal a partir do qual a diegese se engendrará:

Minha história começa no verão de 1755, o ano do grande terremoto de Lisboa, pouco antes do período no qual o fraco, intolerante, extravagante Rei João Quinto de Portugal, depois de permitir que seu país afundasse em um estado beirando a ruína, tinha finalizado seu pernicioso reinado e vida inúteis, sendo sucedido pelo seu filho, José I (Vol. I, prefácio, p. vii).²⁵

A narração inicia-se no capítulo I do volume I com uma descrição do navio, *Corvette* e do oceano. Por sua vez, a cena que abre os acontecimentos é ricamente detalhada, desencadeia desde o começo um ar de aventura, aspecto este que nos capítulos seguintes se confirma. Neste ato de abertura aparecem dois personagens, Capitão Pinto e Don Luis d'Almeida, os dois conversam sobre Donna Theresa d'Alorna, prima de Don Luis d'Almeida e primeiro interesse romântico deste personagem singular. A conversa menciona o que será o romance que não dará certo e faz com que esse herói percorra outros caminhos após seu coração partido, caminhos os quais se desenvolvem no decorrer de importantes eventos portugueses.

Outros personagens periféricos são apresentados nos capítulos I, II, III até a chegada do navio a Portugal, são eles: o tenente, Senhor Alvez, o “piloto” Senhor Nunez, um jovem oficial, Senhor Albuquerque, a tripulação em geral e, de forma particular, Senhor Mendez, resgatado

²⁴ Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/in-medias-res>.

²⁵ Original: *My history commences in the summer of 1755, the year of the great earthquake of Lisbon, some time before which period, the weak, bigoted, and profligate King John the Fifth of Portugal, after allowing his country to sink into a state bordering on ruin, had finished his pernicious reign, and worthless life, being succeeded by his son, Joseph I* (Vol. I, prefácio, p. vii).

para o navio do Capitão Pinto após embate com inimigos nas águas. Esta personagem, após esse ato, reaparece somente no fim da narrativa (terceiro tomo). Suscita-se um suspense a respeito dessa figura até os últimos capítulos. No entanto, são apontados indícios de que se trata de um fidalgo. Assim, é revelado que a personagem é um tio perdido do herói desse enredo, D. Luis d’Almeida.

Vale ressaltar que os acontecimentos iniciais são retomados no fim da narrativa, o enredo inicia-se no mar com a chegada do herói vindo de Inglaterra para Portugal e finaliza com o retorno do personagem principal no mesmo navio supracitado para a Inglaterra.

Alguns episódios revelam o tom juvenil e heróico da narrativa, a exemplo do início, no qual o navio português encontra um *Rover*²⁶, inicialmente fonte de dúvidas para a tripulação, pois suposições sobre o navio surgiram, podendo ser inimigo ou aliado. Essa ocorrência faz com que o trecho mencione barcos ingleses, pois se se tratasse de um embarcação Inglesa, os portugueses estariam sendo atacados por seus aliados, o que o narrador manteve em suspense durante parte do capítulo II, revelando posteriormente tratar-se de navio pirata e detalhar vividamente o embate, o que cria suspense, como também coloca, como supracitado um novo personagem na Nau Portuguesa.

Estes três capítulos, que ditam o ritmo do romance, preparam o leitor para as implicações que prosseguirão nas demais páginas, a exemplo do clima de suspense, supressão dos acontecimentos devido à narrativa iniciar-se *in media res*, tom de aventura, romance, descrição rica em detalhes de elementos da natureza, personagens e ações, alguns dos elementos que caracterizam a literatura juvenil.

O quarto capítulo inicia-se com a chegada da personagem D. Luis d’Almeida a Portugal, Lisboa especificamente. Entramos em contato, com a vontade da personagem de contar sobre suas aventuras no mar, bem como ver sua amada. Assim, seu perfil é desenhado, ao demonstrar valores do aristocrata romântico, capaz de atravessar mares e perigos por sua amada. No entanto, este terá seu coração partido e outra personagem, Donna Clara, aparecerá envolta em mais elementos de aventura para assim protagonizar o verdadeiro romance da trama.

A abertura do capítulo IV apresenta um dos primeiros dados historiográficos sobre a Lisboa do século XVIII, antes do sismo do Dia de Todos os Santos (1º de novembro de 1755): o que mostrava Lisboa como um “paraíso de tamanha beleza” ao longe, contudo, ao adentrar em suas ruas percebia-se o aspecto “feio e sujo” da cidade. A antítese beleza versus precariedade, é constatada pela historiografia, como cita Mary Del Priore (2015), em seu livro

²⁶ Navio pirata.

O Mal Sobre a Terra, o qual versa a respeito do terremoto de Lisboa de 1755, quando relata o desapontamento de um dos personagens citados em sua obra:

O desapontamento de Charles Frédéric Merveilleux era causado pelo fato de a cidade ser sujíssima. Às ruas lamacentas deitava-se durante a noite, e até de dia, ao som do grito “água vai”, toda a espécie de imundícies das casas. As paredes guardavam manchas e cores decorrentes do sonoro aviso. As vias seriam ainda mais sujas se tudo o que se pudesse comer não fosse prontamente devorado por milhares de cães vadios. (DEL PRIORE, 2015, p. 36)

Um aspecto intrigante sobre o Volume I de *The Prime Minister* é o fato de que há a repetição, no início do capítulo V, das informações e descrições das ruas com aspectos sujos e fétidos da Lisboa setecentista, reforçando a condição da cidade naqueles tempos. O capítulo inicia-se com um trecho que pretende montar na cabeça de quem faz a leitura a representação mental de ruas em um estado deplorável:

No tempo do qual escrevemos, as ruas de Lisboa eram, possivelmente, as mais irregulares, as mais imundas de qualquer cidade da cristandade. É verdade que lanternas foram colocadas diante de santuários de Santos, praticamente em quase todas as esquinas das ruas; contudo, os vidros de alguns tinham sido de forma sacrílega quebrados, e as pálidas luzes das quais vislumbravam-se o resto servia, apenas, para fazer mais palpável a obscuridade do outro lado do caminho [...] (Vol. I, cap. V).²⁷

De mesmo modo, o capítulo supracitado também ressalta a periculosidade da cidade portuguesa no século XVIII, evidencia a frequência de assaltos e assassinatos cometidos nas noites lisboetas, questão que confrontada com dados historiográficos constata-se verídica, tal qual consta nos relatos de Del Priore (2015). Tais circunstâncias de perigo são incorporadas, posteriormente, à diegese, uma vez que o herói da narrativa encontra sua verdadeira amada após esta ser raptada por um grupo de bandidos.

Contudo, após essa aproximação com os relatos historiográficos, e antes do desenrolar dos acontecimentos mais excitantes, o narrador afasta-se mais uma vez, agora aproximando os personagens Don Luis d’Almeida e Donna Theresa, fazendo com que os elementos do romance retornem para o foco da narrativa, com uma conversa romântica aos moldes de *Orgulho e Preconceito*²⁸, bem como descrição dos sentimentos relacionando-os à natureza, ação que

²⁷ Original: *At the time of which we write, the streets of Lisbon were, perhaps, the most rugged, the most filthy, of any city in Christendom. It is true lanterns were placed before the shrines of the Saints, at nearly every corner of the streets; but the glasses of some had been sacrilegiously broken, and the pale lights which glimmered from the rest served but to make more palpable the obscurity of the other part of the way [...]* (Vol. I, Cap. V)

²⁸ Romance da escritora Britânica Jane Austen (1775-1817)

remete ao arcadismo²⁹, apesar da cidade ser o ambiente para esta cena. Os personagens, desse modo, tecem a primeira intriga. Donna Theresa encontra-se comprometida com o filho da Marquesa de Távora ao aceitar o pedido, pouco antes da chegada de seu primo Don Luis d'Almeida.

Aqui, um aspecto, do ponto de vista do leitor pode sobressair: o primeiro romance a se desenhar, tem um empecilho causado por um Távora, fator este que impede o amor de infância de D. Luis d'Almeida, uma vez que a narrativa revela, posteriormente que havia afeição de ambos desde a tenra infância. Esse impedimento causado por um Távora é a fonte do coração partido do herói da narrativa.

Este cenário, faz com que o leitor possa nutrir sentimentos negativos a respeito da família citada, uma vez que sabe-se que tais nobres protagonizaram um dos casos de julgamento que escandalizaram a nobreza portuguesa, já que, apesar de pertencentes à aristocracia, com uma sentença comandada pelo Marquês de Pombal, após a suposta tentativa de regicídio

O rei Dom José regressava ao palácio após uma visita vespertina à sua amante, esposa do marquês Luís Bernardo Távora, quando atiraram contra a sua carruagem. O rei foi ferido de modo suficientemente sério para que a rainha assumisse a regência durante a sua recuperação. Houve um silêncio oficial sobre o incidente até o início de dezembro, quando, numa grande operação de batidas policiais, muitas pessoas foram presas, inclusive um grupo de líderes aristocratas. Os prisioneiros mais proeminentes eram membros da família Távora. (MAXWELL, 1996, p. 79)

Não seria este um elemento da narrativa que colabora para uma visão negativa acerca dos Távora? Não seria este um elemento filopombalista presente na diegese? Ao analisar o fato de que esses personagens, dentre os outros até aqui, possuírem maior destaque e o romance interrompido ser apresentado como a mola propulsora até então, conclui-se que este é um componente filopombalista presente na diegese.

Outro fator a ser mencionado é o fato de que desde o início a família Távora é apresentada como gananciosa, o que a leva à ruína após a acusação de conspiração feita pelo Marquês de Pombal. Assim, percebe-se que as escolhas dos nomes para as personagens e as pequenas ações que estas praticam nas primeiras passagens do enredo não ocorrem ao acaso, pois há a utilização de nomes de figuras que realmente existiram, as quais, envoltas na trama, fazem com que o leitor possa interpretar as personagens e ações como pertencentes à história factual. Este constituinte deve-se ao gênero escolhido, o romance histórico, dado que Lucaks

²⁹ Movimento literário que surgiu na Europa no século XVIII. O movimento foi caracterizado pela valorização da vida bucólica.

(2011) exprime que os personagens fictícios podem transitar dentro de um espaço e tempo da História. Esta dinamicidade da personagem fictícia, em um tempo que pode ter sido real, diz respeito ao fato de o escritor de ficção ter a liberdade de criar o “que poderia ter acontecido”, diferentemente do historiador que não possui tal liberdade, já que precisa se pautar apenas nos dados factuais de fontes primárias.

Com o intuito de elucidar a questão da nomenclatura escolhida pelo autor, já que este caracterizou sua obra como um *Romance* e não como *Novel*, breve preâmbulo deve ser feito. Loureiro (2020) identifica que apesar da novela e do romance apresentarem e desenvolverem subtramas, o romance apresenta mini-histórias de forma simultânea, as quais terão um ponto de intersecção em algum momento, tendo diversos personagens por consequência. No entanto, a utilização do termo *Romance* para a obra, delimita alguns aspectos cruciais desta. O primeiro diz respeito à sua extensão, pois se trata de uma narrativa longa, mais longa que uma *Novel*, dividida em três capítulos e muitos volumes e ambienta o leitor espacial e temporalmente.

A segunda diz respeito às extravagâncias heroicas da narrativa do *Romance*, enquanto que a *Novel* pode fazer uma representação dos costumes e da sociedade em determinada época de forma menos extravagante. Esses aspectos nutrem a aventura. Quanto mais longa a narrativa, mais oportunidades de liberdade de criação. Por este fator o autor escolhe a nomenclatura que mais se assemelha ao seu conteúdo, admitindo ao leitor que mesmo que seja baseado em fatos históricos, há um teor inventivo intenso. No que tange a essa condição, Moretti (2009) diz que

Romances são longos; ou melhor, eles abarcam um espectro amplo de tamanhos — das 20 mil palavras de *Daphnis e Chloe* as 40 mil de Chretien, 100 mil de Austen, 400 mil de *Dom Quixote*, e mais de 800 mil de *The story of the stone* — e um dia será interessante analisar as consequências desse espectro, mas por ora aceitemos apenas a simples noção de que são longos. A questão é “como chegaram a ser desse jeito?”, e existem evidentemente diversas respostas mas, se eu tivesse que escolher apenas um mecanismo, eu diria “aventuras”. Aventuras expandem os romances ao abri-los para o mundo: há um pedido de ajuda — e o cavaleiro parte. Normalmente sem fazer perguntas; e, o que é típico da aventura, o desconhecido não é uma ameaça, é uma oportunidade, ou mais precisamente: não existe mais a distinção entre ameaças e oportunidades. “Quem abandona o caminho perigoso pelo seguro”, diz Galessin, um dos cavaleiros da Távola Redonda, “não é um cavaleiro, é um comerciante”: é verdade, o capital não gosta do perigo pelo perigo, mas um cavaleiro sim. Ele é devedor. Ele não pode armazenar glórias, deve renová-las o tempo todo, portanto ele precisa do moto-perpetuo da aventura. (MORETTI, 2009, p. 204-205).

A partir desses pressupostos, é possível perceber os indícios de que as tentativas da narrativa, embora bem empenhadas de persuadir o leitor para a credibilidade dos fatos, demonstram desde o princípio que não se trata de forma alguma de ser um relato histórico

apenas. Em seguida a esse preâmbulo, procedem-se algumas constatações relacionadas à diegese.

É pertinente destacar que o momento de desenvolvimento do relacionamento entre as personagens D. Luis d'Almeida e Donna Clara, condição que prospera de forma significativa no segundo volume, também comunica a cadência dos demais, uma vez que a obra completa é dividida em três partes, bem como explicita os acontecimentos do livro I e as menções do que poderá acontecer no terceiro fascículo, além do que ocorre o ápice do emaranhado das ações. Pode-se, a partir desse ponto, entender o escrito e suas fases assim como delimitar os marcos importantes da trama transcorridos no tomo II, como apresentado nos quadros a seguir.

Quadro 1- Os acontecimentos nos espaços dos Volumes I, II e III.

Volume I	Volume II	Volume III
Espaço inicial – Retorno do herói da trama à Portugal (ênfase ao mar aberto), apresentação de algumas personagens, informações dadas previamente e que serão usadas nos próximos tomos, pouca complexidade da diegese(,) o que muda nos capítulos finais desse volume, início do desenvolvimento do romance das personagens D. Luis d'Almeida e Donna Clara.	Espaço de desenvolvimento – Portugal, principalmente Lisboa, ocorre a complexidade da diegese e criação de nós da trama a partir de dados históricos como o terremoto de 1º de novembro de 1755, desenrolar das intrigas e impedimento da paixão dos mocinhos.	Espaço de encerramento – Portugal, principalmente Lisboa, momento de desemaranhar e desatar os nós da trama. Desenrolar da tentativa de regicídio e fim das conspirações contra o reinado de D. José I, morte de nobres (enfaticamente os Távoras como clímax de desfecho). Expulsão da Companhia de Jesus por meio do Alvará de 28 de Julho de 1759, também acusados de conspiradores

		contra a Coroa Portuguesa, juntamente com os nobres. Retorno do herói da trama D. Luis d'Almeida para a Inglaterra com Donna Clara. Fim do livro (temporalmente 1759) com breve devaneio sobre o destino do Primeiro Ministro após morte de D. José I.
--	--	--

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora. Cruz, 2022.

Quadro 2- Marcos importantes da trama no Volume II.

Volume II – Capítulo I	Introduz o Judeu, Antônio o remendão, na obra, expõe a temática do judeu no Portugal setecentista.
Volume II – Capítulo III	Ocorre um beija-mão, caracteriza a nobreza de Portugal setecentista, explora as inimizades do Marquês de Pombal com os nobres, como também explora a relação deste com o rei D. José I.
Volume II – Capítulo IX	Explora o terremoto de 1º de novembro de 1755, descreve a cidade pautado em descrições factuais, ocorre o ápice do romance entre o herói da trama e Donna Clara.
Volume II – Capítulo XX e XXI	Início dos desdobramentos do atentado ao rei D. José I, aprofundamento da questão dos Távoras e o possível motivo para a culpabilização destes na tentativa do regicídio, mote para o volume III da obra.

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora. Cruz, 2022.

Diante desta prévia dos acontecimentos, é possível notar o primeiro livro como sendo mais lento em relação ao segundo, em virtude da série de informações e personagens introduzidos na narrativa. Do mesmo modo, é notável a demora para apresentar uma situação

na qual Sebastião José de Carvalho e Melo interage no enredo, o que só ocorre no sexto capítulo do primeiro volume, interação com o herói da trama, D. Luis d’Almeida.

A fim de explicar qual seria este encontro, como também o tom elogioso pelo qual uma das personagens o trata, na cena, D. Luis e Capitão Pinto andam nas ruas de Lisboa e são atacados por bandidos. Em capítulos anteriores é descrita a situação de insegurança das ruas e do alto índice de crimes cometidos à noite. Após uma breve luta, aparece no cenário o Primeiro Ministro com guardas, salvando-os dos perigos da noite. Ao se referir à chegada de Sebastião José e seu pedido para que os dois personagens supracitados comparecessem ao seu gabinete, uma das personagens ressalta:

Não outro senão Sebastião Jozé de Carvalho", respondeu o capitão; um dos ministros do rei, "que faz mais trabalho num dia do que num mês, e tem miolos na cabeça e coragem no coração do que todos os fidalgos em Portugal juntos". Farás bem em seguir o seu pedido; pois ele não gosta de ter os seus desejos negligenciados" (Volume I Cap. VI).³⁰

Tal contato direto do Marquês de Pombal com D. Luis d’Almeida, o que ocorre logo após uma descrição de encontro entre este último e um primo, padre Jesuíta Jacinto, faz com que o leitor possa comparar a descrição das personagens, já que a caracterização do padre Jesuíta foi a de um homem egoísta e que pensa em fortalecer sua congregação de qualquer forma, decepcionando até mesmo o herói da trama. Por outro lado, na definição de quem seria Sebastião José tem-se uma fala repleta de admiração apesar de um declarado “medo”. Em conversa entre D. Luis d’Almeida e Capitão Pinto fica exposto:

Ele é um homem com quem não se deve ter parcimônia; e embora seja um amigo firme daqueles que lhe agradam, é um inimigo implacável de qualquer um que se aventure a opor-se aos seus objetivos". Mas porque deveria temê-lo, não tenho favores a pedir, e ele não tem meios de me ferir? disse Dom Luís". "Não confie nisso", respondeu o Capitão. "Se o desagradar, ele encontrará meios de se vingar quando menos se espera". Ele nunca perdoou uma ofensa. Embora ele seja meu benfeitor e amigo, e um homem com muitas qualidades que admiro, conheço os seus defeitos, e eles são terríveis (Volume I Cap. VI).³¹

³⁰ Original: “No other than Sebastiao Jozé de Carvalho”, answered the Captain; one of the ministers of the king, “who does more work in a day than in a month, and has brains in his head and courage in his heart than all the fidalgos in Portugal put together. You will do well to follow his request; for he is not fond of having his wishes neglected” (Volume I Cap. VI).

³¹ Original: “He is a man not to be thrifted with; and though he is a firm friend to those who please him, he is a relentless enemy to any who venture to oppose his objects”. But Why should I fear him, I have no favours to ask, and he has no means of injuring me? Said Don Luis.” “Do not confide in that”, answered the Captain. “If you displease him, he will find means of avenging himself when you least expect it. He never yet forgave an offence. Though he is my patron and friend, and a man with many qualities I admire, I know his faults, and they are terrible ones”. (Volume I Cap. VI).

Após um segundo contato, fica subentendido que o Marquês de Pombal e o herói da diegese, nutriram apreço um pelo outro, fator que Capitão Pinto diz ser positivo e que uma provável amizade poderia ser benéfica para D. Luis. Tão logo o Primeiro Ministro é incorporado à narrativa, outras ações se desenvolvem para dar início ao romance que conduz o interesse do leitor, a exemplo da inserção da personagem Donna Clara, filha de um fidalgo, que ao passar com uma comitiva juntamente com seu pai e trabalhadores pelos caminhos de Lisboa para uma Quinta, sofrem um assalto. É crucial destacar que esse assalto é articulado primeiramente com a ajuda de um Frade. A imagem do clero durante o livro é sempre posta desta forma, como um grupo que não merece a confiança do leitor.

Durante esta cena, a nobre moça é apresentada, tal como as implicações de suas escolhas quanto ao seu eventual casamento com outro nobre de escolha de seu pai, Conde de San Vincent, ou sua ida para o convento, decisão de sua mãe em leito de morte de acordo com um padre conselheiro da família. Este último, também retratado como vil e egoísta, além de atrapalhar o romance dos personagens principais.

Nestes acontecimentos, D. Luis juntamente com seus empregados resgatam a moça, seu pai e comitiva, é assim que a paixão dos dois começa a ser explorada na diegese. No entanto, o relacionamento não logra. Após várias tentativas para ficarem juntos, vários preâmbulos com ações e lutas contra outros bandidos, a moça termina indo para o convento. A trama, neste ponto, é suspensa até que se iniciem os relatos sobre o dia do terremoto de 1755.

É essencial salientar que após muitos capítulos sobre personagens fictícios, o narrador relembra ao leitor que está pautado em documentos históricos verdadeiros:

Se não estivéssemos a escrever uma história verdadeira em vez de um romance, poderíamos supostamente tê-lo trazido apenas para um efeito dramático, mas podemos assegurar aos nossos leitores, que, neste como em qualquer outro caso, estamos a aderir estritamente aos volumosos manuscritos, embora bastante ilegíveis, dos quais, com trabalho infinito, estamos a selecionar os volumes atuais (Volume I Cap. VIII).³²

³² Original: *Were we not writing a true history instead of a romance, we might be supposed to have brought him in merely for dramatic effect, but we can assure our readers, that, in this as in every other instance, we are adhering closely to the very voluminous, though rather illegible manuscripts, from which, with infinite labour, we are culling the present volumes.* (Volume I Cap. VIII).

Isto posto, nota-se que é apenas ao final do volume I que o leitor tem uma ideia de quem é Sebastião José de acordo com a narrativa. Da mesma maneira os primeiros nós formam-se enquanto o narrador promete ao leitor que está apenas relatando o que já está escrito em documentos oficiais, enquanto que, na realidade a narração faz um movimento de vai e volta da ficção para dados historiográficos, isto devido ao fato da história factual ser passível de alterações, a depender do modo como as informações são tratadas. Um exemplo disso ocorre quando o narrador expõe que ao olhar os manuscritos observa o nome de D. Luis d'Almeida. Contudo, apesar dessa pessoa ter existido de fato e ser parte da nobreza, não participou e fez tudo o que é relatado na obra. Esse é o deslocamento que ocorre, como já explanado, devido ao fato de os escritores possuírem a liberdade de criação e de ficcionalizar fatos reais.

6. O JUDEU NA NARRATIVA

Ao iniciar o primeiro capítulo do segundo tomo, o narrador dá espaço e voz para um *Cobbler*³³. Segundo o narrador, trata-se de um jovem respeitável que falava justamente de sua profissão e do quanto era desrespeitado na sociedade portuguesa. A descrição dada para o remendão cujo nome é Antônio é a que segue:

A sua cor era escura, os seus olhos eram penetrantes e negros, assim como o seu cabelo, e tinha bons dentes, e um nariz comprido, bastante curvado. Alguns, de fato, insinuaram que ele era judeu; mas, sendo um sujeito forte e atlético, com a sua longa faca de couro afiada ao seu lado, ninguém ousou chamá-lo assim na sua frente (Volume II Cap. I).³⁴

Apesar da tentativa de descrevê-lo de forma diferente, o narrador não o faz. É perceptível que ao enfatizar a característica do nariz arqueado reforça uma visão antissemita, uma vez que os judeus sempre foram atacados na literatura e as descrições hostilizavam a imagem na tentativa de criar um “outro” muito diferente. Contudo, o foco do narrador, não se traduz em falar dos judeus como nação, mas sim dos preconceitos em relação à religião. Nesse caso, o antijudaísmo em Portugal do século XVIII.

A fim de entrar na temática da religião, o narrador localiza o remendão em um espaço, trabalhando próximo ao palácio do Duque de Aveiro e instalado em uma casa de “Cristãos Novos”, ao passo que é explicitado que mesmo os judeus convertidos, eram apontados constantemente como hereges.

Quaisquer que fossem as suas próprias noções privadas sobre a fé estabelecida, certamente sofreram sob as incapacidades dos Novos Cristãos, uma vez que assim eram chamados aqueles que tinham sangue judeu ou mesmo mouro nas veias, tendo o termo origem na seguinte causa. Num período inicial da história lusitana, descobrimos que os judeus tinham se tornado grande número em Portugal, e até ao reinado de Jhon the First tinham as suas sinagogas e rabinos; de fato, em nenhum país da Europa gozavam de maior prosperidade, a sua riqueza acrescentando ao poder do Reino (Volume II Cap. I).³⁵

³³ Sapateiro, remendão. COBBLER. In: Dicionário Linguee, 2022. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/cobbler.html>. Acesso em: 07 set. 2022.

³⁴ Original: *His colour was dark, his eyes were piercing and jetty black, as was his hair, and that he had fine teeth, and a long nose, rather hooked. Some, indeed, hinted that he was a jew; but, being a strong athletic fellow, with his long sharp leather-knife by his side, none dared call him so to his face.* (Volume II Cap. I).

³⁵ Original: *Whatever were their own private notions regarding the established faith, they certainly suffered under the inabilities of the New Christians, as those were called who had Jewish or even Moorish blood in their veins, the term having origin from the following cause. At an early period in Lusitanian history, we find that the Jews had collected in great numbers in Portugal, and down to the reign of Jhon the First they had their synagogues and rabbins; indeed, in no country in Europe did they enjoy greater prosperity, their wealth adding to the power of the Kingdom.* (Volume II Cap. I).

O capítulo nos dá um apanhado do sofrimento dos Judeus, que ora eram expulsos ora enfrentavam as armadilhas da intolerância religiosa, sendo obrigados à conversão ou à estadia no limbo do não pertencimento, segundo Ribeiro-de-Souza (2021): o “não pertencimento seria, por oposição, um sentimento de desenraizamento, de exclusão, de rejeição, de isolamento, o que, em casos extremos, prejudicaria a construção e as funções do ego”.

Com o propósito de expor como ocorreu a conversão dos Judeus, o narrador aponta para o fato do Rei Emanuel ter barganhado, inicialmente, a permanência deles em Portugal devido às suas conversões. Aqueles que não aceitaram tais condições tiveram seus filhos menores de quatorze anos arrancados de seus lares para que fossem educados na fé cristã.

"Que espectáculo comovente foi este de se contemplar!" exclamou o reverendo Padre Ozorio. "Crianças arrancadas dos abraços agonizados das suas mães aos gritos, ou arrastadas do pescoço dos seus irmãos e irmãs afetuosos, dos quais se separariam para sempre, enquanto os pais olhavam com firmeza, e amaldiçoavam os autores destes atos já que não tinham poder para vingar" (Volume II Cap. I).³⁶

A narrativa ainda ressalta que mesmo os convertidos, ao menor sinal “não cristão” eram submetidos ao poder tirânico da Inquisição. O escrito ainda ressalta que a alcunha de “Cristãos Novos” para Mouros e Judeus permaneceu em Portugal até o Marquês de Pombal promulgar uma política para acabar com o uso da nomenclatura. Descreve-se essa ação como sendo a de um homem com políticas liberais que marcaram muitas de suas condutas. Dessa maneira, mais uma tentativa de mostrar Sebastião José como um homem sem preconceitos é colocada na obra.

Após tais minúcias históricas, a narração volta para a ficção, enfatizando a inteligência do sapateiro e seu conhecimento acerca das hierarquias e intolerâncias do povo português. Logo em seguida, revela-se que o remendão espiona a nobreza para Sebastião de Carvalho. O primeiro relato de espionagem é o do Duque de Aveiro. Antônio leva informações para o Primeiro Ministro de que o Duque, além de visitar toda a nobreza, recebia conselhos do Padre Malagrida, inimigo declarado do Marquês. Na narrativa, Pombal espiona e investiga os nobres, chegando à conclusão de que os fidalgos maquinavam algo para destruí-lo e governarem Portugal manipulando o Rei D. José I.

³⁶ Original: “*What a moving spectacle was this to behold!*” exclaimed the reverend Father Ozorio. “*Children torn from the agonised embraces of their screaming mothers, or dragged from the necks of their affectionate brothers and sisters, from whom they were to be for ever separated, while the fathers sternly gazed, and cursed the perpetrators of deeds they had no power to avenge.*” (Volume II Cap. I).

O fato de o remendão ser utilizado como espião na trama e ajudar o Marquês de Pombal, como também recusar o dinheiro deste, faz com que a imagem desse Judeu fique ambígua, não remetendo totalmente aos estereótipos escritos e que apontam para o antissemitismo. No entanto, deixando implícito que ele pediria algo em troca em um momento oportuno, o qual chegaria apenas no encerramento do livro, pois a personagem retratada, enquanto espião no campo fictício, é de importância indiscutível no enredo, já que descobre a conspiração dos nobres e jesuítas e, ao entregar informações, permite com que Pombal tenha material para incriminá-los.

Diante desse aprofundamento e entrelace entre ficção e não-ficção, a diegese volta-se para as minúcias das intrigas entre o Primeiro Ministro e a nobreza, com a narração de um beija-mão³⁷.

No que concerne ao beija-mão, o relato da diegese refere-se ao evento ocorrido em 1754, no qual plebeus e nobres compareceram para beijar as mãos da majestade. Na narrativa, o rei procura por Carvalho e Melo, não o encontrando na ocasião, seus inimigos começam a conversar com o rei e assim tentam provocar uma imagem negativa do Primeiro Ministro. Contudo, o próprio rei o defende, enquanto que o narrador busca reforçar a imagem, de forma irônica, que uma das qualidades do soberano é “saber escolher um homem que saiba governar Portugal”: *Sebastiao Carvalho is no pretender, but has truly at heart the weal of my Kingdom, with a mind to conceive, and a soul to execute, great purposes; and where is there a man in Portugal to be compared to him, either in mental or personal qualities* (Volume II Cap. III).³⁸

Posteriormente, quando o Primeiro Ministro chega ao beija-mão, se defende das acusações dos fidalgos, bem como conta para o rei que descobriu uma conspiração contra ele e acusa os jesuítas de serem o cerne do problema. Estes nós da trama ficam suspensos até o fim do segundo tomo, pois o foco volta-se para o terremoto do dia de Todos os Santos até os últimos capítulos desta parte.

O leitor, com base nos detalhamentos dados na obra, passa a ter uma visão muito mais positiva de Sebastião José de Carvalho, dado que suas inimizades (entre nobres e jesuítas) são retratadas de forma a associar a falta de moral, interesse em poder e ganância por meio de

³⁷ A cerimônia de corte do beija-mão era uma representação pública, punha o monarca em contato direto com o vassalo. Pleno de significado simbólico, o cerimonial reforçava a autoridade paternal do soberano protetor da nação. In: O Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira. Beija-mão, 2021. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5507&Itemid=498. Acesso em 07 set. 2022.

³⁸ Sebastião Carvalho não é um fingido, mas tem verdadeiramente no coração o bem do meu Reino, com uma mente para conceber, e uma alma para executar grandes propósitos; e onde há um homem em Portugal para ser comparado com ele, seja em qualidades mentais ou pessoais?.

atitudes vis sempre atreladas à busca pelo poder. O retrato de Pombal, visto que poucas vezes fala de atos não dignos, ou somente é citada a sua possível tirania, traz uma impressão positiva para quem lê. Mesmo com ações indignas, por conta da caracterização de seus inimigos, o leitor pode achar justificável seu despotismo em relação àquelas pessoas.

No entanto, não se pode conceber que o Marquês de Pombal tenha tido razões plenamente boas e honestas para com suas atitudes, posto que ao olhar para o tratamento com alguns aspectos das colônias, por exemplo o caso do apagamento de línguas no Brasil, fica evidente que o Primeiro Ministro causou grandes e profundas transformações, nem sempre causadas com pouco sofrimento.

7. O ANTIJESUITISMO, O FILOPOMBALISMO E A EDUCAÇÃO EM “THE PRIME MINISTER”

As dicotomias entre beleza e precariedade, religiosidade e profanidade, como cita Del Priore (2015), as crenças, o misticismo, foram ingredientes férteis para os extremos como pode ser constatado em relatos da historiografia, os quais apresentam que os habitantes de Lisboa acreditaram que o Terremoto de 1755 foi um “castigo divino”. Nesse ambiente irrompe o Primeiro Ministro de D. José I, personagem na qual a população incorpora a visão maniqueísta. Vale a pena destacar que esse maniqueísmo presente na sociedade portuguesa surgiu antes mesmo da atuação controversa do Marquês de Pombal, porém foi intensificada no iluminismo do Portugal setecentista.

Torna-se inimaginável dissertar acerca de Sebastião José de Carvalho e Melo sem, minimamente, refletir sobre as visões de amor e ódio presentes na trajetória deste homem. Nesse sentido, dois modos de retratar e repercutir os feitos de Pombal ficaram conhecidos como filopombalismo e antipombalismo.

Essas duas correntes surgem da idealização ou demonização do Marquês de Pombal. No caso da primeira, faz-se importante destacar que outro processo de mitificação muito frequente nos documentos filobombalistas consiste na equiparação do Primeiro Ministro aos grandes ministros modernos da Europa e aos seus mais destacados politicólogos (FRANCO e RITA, 2004). A segunda, ao propalar infortúnios causados pelo Marquês, contribui para criar o mito bipolar de Pombal.

Para Franco e Rita (2004), Borges de Macedo identifica três grandes correntes interpretativas que divergem na avaliação do desempenho político de Pombal:

1º Corrente: tem considerado a ação de Pombal como catastrófica para o país;

2º Corrente: toma-o como o precursor do laicismo anticlerical; ele teria, por essa via, posto o “dedo na ferida” quanto às causas da decadência de Portugal;

3º Corrente: Na qual toma a posição corajosamente Camilo Castelo Branco. Ele entendia que Carvalho e Melo deve ser ‘julgado’ devido aos meios de governo que praticou.

É imperativo destacar que os termos filopombalismo e antipombalismo vêm sendo estudados justamente por minar a literatura em torno do Estadista, bem como por dificultar os processos sobre os quais historiadores se debruçam ao estudar os escritos relativos a Pombal (FRANCO e RITA, 2004).

No que concerne à obra de William Henry Giles Kingston, há, como já mencionado, a tentativa de trazer veracidade aos fatos narrados na diegese. No entanto, o autor deixa

transparecer no prefácio – em que tenta confundir-se com o narrador – suas impressões acerca de Sebastião José de Carvalho e Melo. Nesse caso, cita uma obra que, segundo ele, é notavelmente a favor do Primeiro Ministro. A obra em questão é *Memoirs of the Marquis of Pombal: with extracts from his writings, and from despatches in the state papers office, never before published* escrita por John Smith. De acordo com Kingston no prefácio de *The Prime Minister*:

O objetivo destas Memórias de Pombal não é lançar uma auréola de Glória sobre a sua vida e ações, das quais ele não era digno"[...] Não faço estas observações injustamente para depreciar este trabalho; mas para não ser acusado de retratar injustamente um homem cujas grandes qualidades verdadeiramente aprecio; nem o descrevi como tendo executado uma ação que não está bem identificada. Não sou afeito ao sistema dos Jesuítas mais do que o Sr. Smith; mas não quero explorá-los a fim de retratar o Ministro em cores mais vivas (Vol I, prefácio).³⁹

Apesar desta assertiva, é possível observar a sua afeição pelo Marquês de Pombal. Assim, a investida em parecer imparcial, não se traduz no que se percebe no corpo da narrativa. Um exemplo disto ocorre no capítulo dezoito do segundo volume, quando o narrador descreve a reconstrução de Lisboa e retrata que:

Agora, era o momento em que a sagacidade, a coragem energética e a perseverança do ministro eram mais evidentes na restauração da ordem, e na prevenção de que a zona da cidade fosse completamente desertada. Logo que as cinzas arrefeceram, então, reunindo operários, fez com que as estradas fossem cortadas através das ruínas, e imediatamente começou a reconstruir a cidade, tendo ele próprio planejado aquelas ruas que agora formavam de longe a parte mais bonita de Lisboa (Volume II, Cap. XVIII).⁴⁰

O tom enaltecedor em relação à Sebastião José de Carvalho e Melo percorre todo o livro, não somente nas descrições, mas também por meio da fala de outras personagens e sua aproximação com o herói da diegese D. Luis d'Almeida. Este, que apesar de não se associar diretamente ao Marquês durante os acontecimentos, é fonte de um interesse amistoso por parte de Pombal, como alguém que faria favores para D. Luis, caso este precisasse.

³⁹ Original: *The aim of these Memoirs of Pombal is not to throw a halo of Glory over his life and actions, of which he was undeserving*"[...] *I do not make these observations unjustly to depreciate this work; but that I may not be accused of unfairly portraying a man whose really great qualities I duly appreciate; nor have I described him as performing one action that is not well authenticated. I am not a quarter friend to the system of the Jesuits than is Mr. Smith; but do not wish to abuse them for the sake of exhibiting the Minister in brighter colours* (Vol I, prefácio).

⁴⁰ Original: *Now, was the time that the sagacity, energy courage and perseverance of the minister were most conspicuous in restoring order, and preventing the site of the city from being deserted altogether. No sooner had the ashes cooled, than, assembling workmen, he caused roads to be cut through the ruins, and immediately commenced rebuilding the city, he himself planning those streets which now form by far the handsomest part of Lisbon.* (Volume II, Cap. XVIII).

A obra, dessa maneira, expressa um tom filopombalino, visto que são desenhados contornos iluministas e progressistas para Pombal. De acordo com Franco e Rita (2004) ocorre uma dupla mitificação que está implicada na construção do mito de Sebastião José de Carvalho e Melo. Trata-se da mitificação negativa dos jesuítas perceptível nos volumes.

O mito negativo jesuítico desenhado desde o princípio da narrativa demonstra o caráter filopombalino da obra. Dessa maneira, não se pode conceber que os dados trazidos de documentos da historiografia, apesar de serem descritos com verosimilhança, não estejam minados de uma visão parcial de quem escreveu a obra. Não é possível dizer que o autor questiona os escritos biográficos e historiográficos, mas sim que ele adiciona elementos que possam colaborar para sua narrativa à medida que constrói o enredo, bem como não é possível afirmar que o autor corrobora com os dados historiográficos, pois escolhas são feitas para a construção de um Marquês de Pombal por meio da mitificação positiva, com algumas inserções de breves críticas para dissimular certa imparcialidade. Percebe-se, assim, a seleção de dados factuais para a narração.

A fim de exemplificar a forma como o antijesuitismo aparece em *The Prime Minister*, alguns trechos da obra serão analisados no decorrer desta seção, assim como explicitado o filopombalismo presente neste escrito. Como exemplo, temos a passagem em que o herói da narrativa retorna da viagem à Inglaterra e ouve que os ventos portugueses estão mudando, uma vez que a nobreza já não está isenta de sofrer retaliações devido a atuação do Marquês de Pombal. Essas primeiras informações a respeito são importantes para os fatos que ocorrerão em sequência:

Estes são tempos ruins, tempos perigosos [...] Há agora, em Portugal, um que a cada dia está a tornar-se um dos favoritos do nosso senhor Rei, e que pode fazer qualquer coisa no país, que governa a sagrada Igreja, que governa o povo, e que procura governar também os fidalgos. Oh, é um grande homem, sem dúvida, mas a muito a ser temido. Bem, Senhor, foi apenas no outro dia que o amigo do seu pai, Senhor Alfonzo Botelho, foi preso, não sabemos porquê, e atirado para a prisão, e quando o Senhor Conde; o seu pai, estava a esforçar-se ao máximo pela sua libertação, e solicitou ao Senhor Sebastião Jozé de Carvalho, o conselheiro particular do rei, foi-lhe dado a entender que ele poderia partilhar o mesmo destino (Vol. I cap. V).⁴¹

⁴¹ Original: “*These are bad times, dangerous times [...] There is now, one in Portugal who is each day becoming a greater favourite of our lord the King, and who can do anything in the country, who rules the holy church, who rules the people, and who seeks to rule the fidalgos also. Oh, he’s a great man, doubtless, but he’s much to be feared. Well, Senhor, it was only the other day that your father’s friend, Senhor Alfonzo Botelho, was arrested, we know not on what account, and thrown into prison, and when the Senhor Conde; your father, was exerting himself to the utmost for his liberation, and applied to Senhor Sebastião Jozé de Carvalho, the privy counselor to the king, it was hinted to him that he might share the same fate.*” (Vol. I cap. V)

Após ter consciência que o seu pai poderia ir para a prisão, por esta razão ele se recolheu à Quinta da família, a personagem pensa em fazer o mesmo, mas não sem antes conversar com seu primo jesuíta, *Father Jacinto*. A princípio, nota-se que D. Luis busca seu primo a fim de falar sobre sua desilusão amorosa com Donna Theresa. Ao chegar, o Jesuíta o convida para entrar na Companhia, relata que muitas mudanças ocorreram em Portugal na ausência do rapaz, informa que estar com um Jesuíta representa um perigo devido ao ódio que Sebastião José nutre pelos inicianos.

A fim de convencer o primo, o jesuíta expressa que há outras coisas além do amor para ocupar a mente e acalmar o espírito. O padre, dessa forma, começa a discursar sobre ambição, poder, domínio das esferas sociais portuguesas, assim como menciona os mecanismos os quais a Ordem estava utilizando para propagar seus ideais, uma vez que ao ensinar seus preceitos, iniciava com as mulheres por considerarem-nas o “sexo mais frágil” e mais subserviente.

Tais intenções fazem com que D. Luis impressione-se com a filosofia de seu primo. O herói sensibiliza-se de forma negativa em relação às ambições presentes na fala do jesuíta, bem como recusa sua proposta. Logo após a saída dessa personagem do convento onde se encontrava o padre Jacinto, surge pela primeira vez na narrativa a figura do Padre Malagrida, figura real da História, o qual em breve diálogo demonstra compartilhar dos mesmos ideais.

A partir desta cena, é observável o fenômeno anti-jesuítico, uma vez que o discurso das personagens e a ambição presente em suas falas representa muito do que a mitificação negativa jesuítica propaga. Ao colocá-los como figuras com princípios voltados apenas para o próprio crescimento, o narrador contribui para a justificativa da expulsão dos jesuítas.

Acerca do poder como quesito supracitado e referido na obra como marco principal da propaganda do antijesuitismo Franco (2000), informa que

É precisamente em torno da questão do poder que é construída basilarmente a imagem negativa da Companhia de Jesus. A *Dedução chronologica e analytica* apresenta a ordem iniciano como o reverso do poder legítimo dos Estados, em determinado sentido, como um verdadeiro antipoder. Toda a sua acção histórica teria sido conduzida em ordem ao enfraquecimento de todos os Estados e instituições de poder onde ela exerceu a sua acção. Esta acção corrosiva da Companhia teria sido desenvolvida demoradamente desde as origens, a fim de cumprir um grande plano secreto, um plano de dimensão universal. Este plano é desvendado não só pela *Dedução*, mas também é insinuado por toda literatura pombalina, como a grande revelação e o grande tópico que informa o mito jesuítico: a aniquilação da ordem social, do poder do Estado de modo a instaurar o poder da Companhia de Jesus pelo vínculo da obediência cega e opressora. (FRANCO, 2000, p. 131)

Dessa forma, os jesuítas são, durante todo o livro, apresentados como principais inimigos de Sebastião José de Carvalho e Melo. Em uma conversa entre os personagens Padre

Malagrida e Duque de Aveiro, o Ministro é chamado de “inimigo da Igreja”, no entanto, o que chama atenção não é o modo pelo qual as personagens se referem a Pombal, mas sim, como o narrador descreve o Padre Malagrida e os Jesuítas, deixando transparecer um determinado ponto de vista:

Gabriel Malagrida, um italiano, nasceu em 1689, em Marcajo, no Milanês, e tinha assim, na altura em que o apresentamos, mais de sessenta anos de idade. Em tenra idade migrou para Portugal, depois para o Paraíso dos padres e aventureiros religiosos de todas as classes, mas particularmente dos Jesuítas, que possuíam o controle supremo sobre as consciências da Família Real e da nobreza (Volume I, Cap. X).⁴²

Este modo de se referir aos Jesuítas, como possuidores de um poder supremo sobre a realeza e sobre a nobreza, demonstra um viés anti-jesuítico no tom narrativo. Além disso, narrador se refere ao Padre Malagrida como “*madman*”, também afirma em outras passagens que os jesuítas instigavam a população contra o Primeiro Ministro.

Outro elemento pelo qual percebe-se o viés da narrativa, em apresentar os Jesuítas como vilões, é a criação da personagem Frade Lopes, um suposto membro da Companhia, trapaceiro que se aproveita de qualquer situação para ganhar algo em troca. Posteriormente, é revelado que ele não é um Frade, mas sim utiliza o título como disfarce. Durante a diegese é criada uma atmosfera de descrença em relação à bondade do clero, sendo retratado como trapaceiros em busca do poder.

Partindo desses pressupostos, pode-se inferir que a visão maniqueísta está emaranhada nas ações das personagens, pois o panorama geral da obra enfatiza a conexão Pombal e Jesuítas como inimigos ferrenhos. Subentendendo-se que Pombal contrapõe-se ao atraso que a Companhia de Jesus representa, no campo educacional Carvalho (1978) informa que

Na esfera dos problemas da educação e, no sentido mais amplo, da cultura, atribuiu-se aos jesuítas a responsabilidade pelo atraso em que se encontravam as letras portuguesas no século XVIII. Os jesuítas seriam, desta forma, os principais fatores da resistência à introdução das ideias novas e da “boa” filosofia em Portugal. (CARVALHO, 1978, p. 28)

É relevante destacar que o debate sobre a educação não é a causa primeira dessa divergência entre Companhia de Jesus e Sebastião José de Carvalho, mas sim é fruto de um

⁴² Original: *Gabriel Malagrida, an Italian, was born in 1689, at Marcajo, in the Milanese, and was thus, at the time we have introduced him, upwards of sixty years old. At an early age he migrated to Portugal, then the Paradise of priests and religious adventurers of all classes, but particularly of the Jesuits, who possessed the supreme control over the consciences of the royal Family and the chief nobility.* (Volume I, Cap. X).

debate filosófico que espalhava-se pela Europa. Trata-se dos ideais iluministas voltados para a razão, tendo seu cerne nas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, como observa Maxwell (1996):

Como em outros lugares da Europa, o estímulo ao novo pensamento em Portugal foi dado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, que durante o século XVII operaram uma ruptura audaciosa da tradição de autoridade, seja bíblica seja aristotélica, e encareceram os méritos do raciocínio, da experiência e da utilidade. Newton, usando o poder da razão, a informação obtida por meio da observação e o sistema matemático que inventou (cálculo diferencial), definiu as leis básicas que governam o movimento tanto na terra como no espaço. A física newtoniana suscitou a confiança nas potencialidades da pesquisa e do raciocínio. Locke procurou demonstrar que o funcionamento da natureza humana também poderia ser explicado e, portanto, melhorado. A contribuição de Descartes foi a de insistir em que as ideias devem ser analisadas sem preconceito e livres da dependência ou da influência da autoridade reconhecida (MAXWELL, 1996, p.10).

Assim como a racionalidade é um elemento valorado, daí também a associação da engenhosidade e do símbolo do iluminismo para com o Marquês de Pombal, outro ponto imprescindível dos ideais iluministas é o afastamento entre Igreja e Estado, este último materializado pela disputa entre a Companhia de Jesus e Sebastião José. Esse distanciamento, tendo como base a necessidade de fortalecimento do Estado que via a Companhia como obtentora de poder e influência. Em relação às convicções do Século das Luzes ocorre que, em Portugal, as discussões se deram em torno de questões governamentais, econômicas e diplomáticas que culminaram no quesito educacional.

A consequência mais imediata desse debate filosófico em Portugal foi levantar a questão da influência da Companhia de Jesus. Isto se deu porque os jesuítas mantinham um quase monopólio da educação superior e eram, do ponto de vista de seus oponentes, os principais defensores de uma tradição escolástica morta e estéril, inadequadas à idade da razão (MAXWELL, 1996, p. 12).

Atribuiu-se, desse modo, o atraso pela introdução desta nova filosofia aos jesuítas. Na esfera educacional, principalmente nas humanidades, Sebastião José de Carvalho diferia dos métodos jesuítas, pois esses buscavam a secularização do ensino por meio da laicização (CARVALHO, 1978), enquanto que a Companhia de Jesus era vista como agente de entrave para o desenvolvimento de Portugal.

No entanto, os Jesuítas não eram alheios às ideias modernas, como era repercutido. Os trabalhos de René Descartes, John Locke, Wolff foram encontrados na Universidade de Évora, bem como possuíam uma versão do *Verdadeiro Método de Estudar* escrito por Luís Antônio Verney (1713-1792), obra que muito cooperou para a inovação pedagógica que se pregava

Maxwell (1996). Essa produção colaborou para a renovação educativa devido ao seu caráter inovador e da compatibilidade com os novos ideais iluministas.

O Verdadeiro Método de Estudar foi publicado em 1746 e reeditado em 1747. Esta obra é composta de dezesseis cartas destinadas a um doutor de Coimbra, nas quais o autor, com o pseudônimo de Barbadinho da Congregação de Itália, apresentou orientações pedagógicas avançadas para a época, como por exemplo a defesa do acesso da mulher à Educação. No decorrer das cartas, é possível observar que Verney pretendia demonstrar, em tom irônico, que Portugal encontrava-se distanciado intelectualmente dos grandes centros civilizados. Acerca do ensino e da cultura portuguesa, Verney teceu críticas implacáveis ao conteúdo, métodos e assuntos educacionais diversos. (TELES, 2019, p. 84).

Em relação a esse tema, Nascimento (2010) aponta que na obra de Verney as cartas são organizadas da seguinte forma: I- Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa; II- Gramática Latina; III- Latindade; IV- Grego e Hebraico; V- Retórica; VI- Retórica; VII- Poética; VIII- Filosofia e Lógica; IX- Metafísica; X- Física; XI- Ética; XII- Medicina; XIII- Jurisprudência; XIV- Teologia; XV- Direito Canônico; XVI- Regulamentação Geral dos Estudos (observações várias sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres).

Nessas cartas havia a nítida representação do compromisso com a secularização do ensino proposto pelo iluminismo, visto que as recomendações orbitavam a utilidade prática do saber, o que divergia do tradicionalismo dos métodos e princípios jesuíticos. Outro ponto a ser destacado é a menção à educação das mulheres. Como ressalta Teles (2019), uma proposta avançada para a época, enquanto Maxwell (1996) evidencia que

Vernei era um oratoriano, claro, e seu *Verdadeiro Método de Estudar* produziu uma polêmica furiosa conduzida, principalmente, entre os oratorianos e os jesuítas. Entre a sua publicação e 1757, mais de quarenta livros apareceram em resposta a Vernei. A disputa com os jesuítas foi agravada pelo fato de que os eruditos jesuítas discerniam uma grande dose de jansenismo nos argumentos de Vernei, em especial nas suas posições sobre o papado e a jurisdição da Igreja Católica. (MAXWELL, 1996, p. 14).

A partir desta constatação faz-se necessário salientar que o Marquês de Pombal, apesar de atrelar os jesuítas ao atraso educacional, baseia suas reformas na obra de Verney, que desfrutou da formação jesuítica, no entanto, entrou na ordem dos oratorianos⁴³. Percebe-se que os pensamentos educacionais jesuíticos não eram defasados de fato, como se fazia acreditar, já que a obra supracitada foi criada por um indivíduo que gozou da educação dada pelos membros

⁴³ De acordo com Santos (2003) foram os oratorianos os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as ideias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi.

da Companhia, no entanto, por meio da jogada política, o “atraso” era algo a ser disseminado como verdade absoluta.

As reformas pombalinas de ensino foram formas de fortalecer o Estado Português. Para esse fim foi necessário enfraquecer a Companhia de Jesus. Contudo, reestruturar o ensino não foi tarefa fácil. De acordo com Carvalho (1978), as publicações antijesuíticas da administração do Marquês de Pombal, transpareciam a preocupação de se atribuir aos inicianos a principal responsabilidade pela decadência dos estudos em Portugal.

Houve uma divergência de interesses entre o Estado Português e a Companhia de Jesus. Não se tratava de Pombal “odiar” os jesuítas, havia outro fator. O Primeiro Ministro estava a serviço de D. José I e procurou fortalecer o Estado Português. Uma das formas de centralizar esse poder e fortalecer o Estado era investir na educação a seu modo, o que traria retorno a Portugal de um modo “mais imediato” para seus interesses do que aconteceria sob a tutela dos jesuítas. Nesse sentido, Carvalho (1978) coloca que,

É significativo que Pombal, antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos – problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidasse, preliminarmente, de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formar a “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava e organizara, ao pretender incentivar o acúmulo de riqueza individuais de tal forma que as novas condições econômicas melhor pudessem satisfazer aos reclames dos interesses estatais (CARVALHO, 1978, p. 43)

A necessidade de “modernizar” passava por questões políticas e sociais, o que exigia mudanças na instrução para que esse conhecimento fosse proveitoso para a coroa portuguesa. Desse modo, as reformas da instrução pública estão intrinsecamente conectadas às tentativas de recuperação econômica. Nessa perspectiva, as aulas de comércio, por exemplo, foi um dos meios utilizados pelo governo para a formação do perfeito negociante, uma das primeiras necessidades sentidas pelo Primeiro Ministro em Portugal, uma vez que as negociações entre portugueses e Ingleses apresentavam entraves. Nesse caso, Teles (2019), evidencia que

em seus *Escritos Econômicos de Londres* (1741-1742), Pombal relatava desvantagens encaradas por Portugal no contexto da controversa relação comercial mantida com a Inglaterra. Uma das desvantagens consistia no prejuízo decorrente das dificuldades durante o carregamento dos navios portugueses sem o acompanhamento devido de quem correspondesse, isto é, interpretasse os diálogos entre portugueses e ingleses. (TELES, 2019, p. 89).

Aqui, nota-se a miríade de pormenores relacionados às questões da instrução, enquanto ferramenta útil ao Estado Português. No caso acima, viabilizando o carecimento de um ensino

adequado da Língua Inglesa, algo que, segundo Oliveira (2020) aponta para a institucionalização do ensino de Inglês em Portugal durante o governo Pombalino através da instrução comercial. Para tanto é significativo exibir um fragmento dos registros pombalinos, no qual a questão é colocada em pauta:

44. Para carregarem os navios portuguezes para a generalidade de nossos mercadores, seria necessário haver aqui outro igual ou grande número de *correspondentes que os comunicassem*, assim como é a mesma proporção que os mercadores de Inglaterra para sustentar entre nós o comércio necessitam de grande número de commissarios, que estabeleceram por todo o Portugal e Ilhas adjacentes. Não basta que haja em Portugal quem faça encomendas; he necessario que respectivamente haja em Inglaterra quem as avie e informe dos interesses e oportunidades para ellas primeiro se pedirem e depois se despacharem. Estes commissarios poes, no grande número em que são precisos ao nosso comercio, ou devem ser portuguezes aqui stabelecidos ou os mesmos ingleses e gente do pays. 45. Se hão de ser portuguezes, obsta-lhes: 1º *Não ter o nosso povo em aprender a lingoa inglesa o mesmo cuidado que tem os Inglezes em aprender a nossa para fazerem o comercio em Portugal, nas Ilhas e nas costas da India Oriental*. Donde já por este impedimento da lingoa não pode aqui vir estabelecerse o numero de portuguezes que era necessário [...] Resulta de tudo que ou em Portugal *ha de haver escolas da lingoa ingleza* e em Inglaterra cessar a infracção dos tratados que nos priva do estabelecimento, ou não pode aqui haver commissarios portuguezes difundidos e domiciliados como era precizo (MELO, 1986, p. 57-58) (grifo nosso).

O trecho acima demonstra como a questão da instrução e por conseguinte educacional está ligada de forma peremptória aos interesses da Coroa Portuguesa, bem como exprime a sagacidade do Primeiro Ministro de D. José I para tais vicissitudes. Dessa maneira, o governo português buscava formar um novo homem, apto a enfrentar os desafios que a modernidade impunha ao comércio (OLIVEIRA, 2020).

Tais esforços do Estado Português, sobretudo, sob as rédeas do Primeiro Ministro de D. José I, e as desavenças com a Companhia de Jesus, refletiam a necessidade da coroa portuguesa possuir pessoas que atendessem aos requisitos estatais, instruídos para as demandas que visavam o crescimento da nação portuguesa, mas esse fator, obviamente passava pela necessidade de trazer a questão da instrução para as mãos do governo e buscar meios para cessar o avanço da Companhia de Jesus nas questões educacionais. Nessa perspectiva, Magalhães (2016) parte do princípio

A Companhia de Jesus havia encontrado uma forma de chegar à população pelo ensino religioso, o qual se tornara uma ferramenta de controle sobre o homem em sua forma de pensar. Isso indica um crescimento político da Ordem e, provavelmente, esse foi um dos fatores que colocou os padres jesuítas no foco principal do Marquês. (MAGALHÃES, 2016, p. 28)

A obra estudada não apresenta de forma explícita todos estes detalhes relativos à educação. No entanto, desde o princípio traz indícios do antijesuitismo, dos ideais iluministas vigentes na época e a reprovação dos métodos utilizados pela Companhia de Jesus, bem como retrata uma tentativa de consolidação do poder Estatal por meio de Sebastião José de Carvalho e Melo. Tais circunstâncias contidas no escrito culmina na expulsão da Companhia de Jesus, ocorrida em 1759 por meio do Alvará de 28 de Junho daquele ano. Maxwell (1996) ressalta que

A reforma educacional tornou-se uma alta prioridade na década de 1760. A expulsão dos jesuítas deixara Portugal despojado de professores tanto no nível secundário como no universitário. Os jesuítas haviam dirigido em Portugal 34 faculdades e 17 residências. No Brasil possuíam 25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários. As reformas educacionais de Pombal visavam três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil. Em 1758 o irmão de Pombal introduziu o sistema diretivo para substituir a administração secular dos jesuítas ali onde o controle jesuítico sobre as aldeias indígenas havia sido abolido pelos decretos reais em 7 de Junho de 1755.

É possível imaginar a dificuldade para a instauração dessas reformas devido à quantidade de instituições sob a tutela jesuítica, não somente em território português, como também no Brasil. Sobre essa dificuldade, Oliveira (2020) observa:

Ao contrário do que certa historiografia educacional faz acreditar, não havia, propriamente, uma política pombalina de instrução pública, embora possamos falar, como Carvalho (1978), em Reformas Pombalinas da instrução pública. O fato é que a Conjuntura histórica e os problemas de ordem prática que o ministro de D. José teve que enfrentar forçaram-no a tomar medidas legislativas que, do ponto de vista educacional, iriam modificar fundamentalmente a estrutura estabelecida pela tradição jesuítica, o que fez com que Portugal, em muitos casos, tomasse a dianteira dos outros países da Europa nessa matéria. (OLIVEIRA, 2020, p. 22).

É importante salientar que os experimentos dessas reformas iniciaram-se em território brasileiro, para o qual Pombal enviou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779), com o intuito de governar as capitanias de Grão-Pará e Maranhão. Furtado, logo após sua chegada, descreve a situação das aldeias como caóticas devido, segundo ele, à má gestão dos jesuítas que deixavam os indígenas usufruírem de muita liberdade (SANTOS, 2010). Com esse relato em mãos, Pombal envia para Furtado um comunicado com medidas para frear a liderança jesuítica. As recomendações, de acordo com Maxwell (1996), direcionavam-se para a libertação dos índios da tutela religiosa, para o incentivo à miscigenação entre portugueses e índios a fim de assegurar o crescimento da população e para incentivar a importação de escravos africanos.

Essas foram as medidas iniciais com a finalidade de enfraquecer a Companhia de Jesus em território brasileiro, o que resulta no Alvará de 14 de abril de 1755. Este será reforçado pelos Alvarás de 06 de junho de 1755 e 07 de junho de 1755 e publicado como a Lei do Diretório dos Índios em 03 de maio de 1757 para o Grão-Pará e Maranhão. Esta Lei começa então a ser utilizada nos demais estados a partir de 1759, ano da expulsão compulsória e oficial da Companhia de Jesus em Portugal como informam Oliveira et al. (2010).

Algumas das medidas contidas nesse Alvará são: I- Proibição do uso da Língua Geral em detrimento do uso da Língua Portuguesa; II- Incentivo ao casamento entre brancos e indígenas; III- Estabelecimento de punições para os casos de discriminação; IV- Proibição do termo negro para designação dos índios (PORTUGAL, 1830).

A primeira medida, acima citada, irrompe em uma série de implicações que desembocam na imposição da língua portuguesa em território brasileiro. Nesse caso, Barboza (2010) evidencia que

Com essa política de imposição da língua portuguesa da Lei do Diretório de 1757, Sebastião José de Carvalho e Melo objetivava não só ensinar os índios a falar o português, mas também a reconhecer a importância da língua portuguesa, bem como formar cristãos úteis ao Estado português, à medida que passava a sua ideologia e suas crenças. (BARBOZA, 2010, p. 305).

A necessidade de formar cidadãos úteis ao Estado português, mais uma vez é citada como um dos principais motivos para as reformas implementadas, uma preocupação do Marquês de Pombal que, além de Portugal se estendeu, para o território brasileiro. A imposição da língua portuguesa ocorre, como já mencionado, ao mesmo tempo com o apagamento das línguas dos povos originários, no entanto, o Diretório foca na proibição do uso da Língua Geral. O Diretório dos índios de 1757 contém 95 artigos e originalmente recebe o título “Diretório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”. Em um dos artigos está contida a afirmação que a Língua Geral *ipsis litteris* é uma “invenção verdadeiramente abominável e diabólica”, como pode ser visto no parágrafo sexto ⁴⁴do documento.

6 - Sempre foi máxima inevitavelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo tempo que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe. Observando, pois, todas as nações polidas do mundo este prudente e sólido

⁴⁴ Texto digitado a partir das cópias originais disponíveis na Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>.

sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua que chamam geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservaram. Para desterrar este pernicioso abuso será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nessas matérias usem a língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente a portuguesa, na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado. (PORTUGAL, 1758).

Percebe-se a exaltação da Língua do Príncipe, como também era chamada a língua portuguesa, em detrimento da Língua Geral, vale a pena ressaltar que essa língua foi utilizada pelos jesuítas para facilitar a conversão dos indígenas, uma vez que os inicianos ensinaram o português através da língua Tupi. Assim, com o intuito de facilitar o contato com os indígenas (ASSIS, 2014), os membros da Companhia de Jesus dicionarizaram, estudaram e gramaticarizaram a língua que ficou conhecida como Língua Geral.

A leitura dos 95 artigos torna possível entender também a razão do termo “diretório”. A denominação é utilizada para fazer alusão à figura do diretor, indivíduo que substituiria os jesuítas nas povoações indígenas. Maxwell (1996) expõe que os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Além disso, o diretor tinha ordem expressa de inculcar nas crianças o uso do português e proibir que usassem a Língua Geral.

A Lei do Diretório é possivelmente um dos documentos mais importantes do século XVIII, sobretudo para o Brasil, não só pela proibição da Língua Geral e imposição da Língua Portuguesa, mas também por ser vista como uma política linguística que tem por base a retomada de um poder sobre a educação que até aquele momento se encontrava com os jesuítas. As medidas implementadas sujeitaram a população indígena ao cumprimento de deveres e supressão de direitos.

Em suma, com relação aos pormenores da imposição de uma língua e a tentativa de apagamento de outras, pode-se dizer que os Alvarás, que posteriormente se tornaram Leis, vingaram. Mesmo que tenham sido, inicialmente, medidas de caráter experimental em território brasileiro, elas se concretizaram, segundo Oliveira; Pereira; Paixão (2010). Assim, a semente perdurou por governos seguintes, desde D. José I até D. Pedro I.

8. O TERREMOTO DO DIA DE TODOS OS SANTOS E O MOTE PARA O FIM DA NARRATIVA

Um dos episódios históricos mais explorados na narrativa e que é reconfigurado a fim de demonstrar o poder que Sebastião José de Carvalho e Melo adquire após o evento, ocorre no nono capítulo do segundo volume da obra aqui estudada. Inicia-se mencionando a manhã do dia 1º de novembro de 1755. No quesito narrativo, ocorria o casamento de Donna Theresa d'Alorna, antigo interesse romântico do herói Don Luis d'Almeida, com um Távora.

Era o dia de um festival, dedicado no Calendário Romano a todos os Santos; e numerosos cidadãos e trabalhadores festejavam, liberados das suas ocupações habituais, podiam ser vistos apressando-se por todas as partes da cidade, vestidos com os suas vestimentas de feriado, tocando seus violões, para se divertirem no ar livre do país. Afortunados, no entanto, foram aqueles que deixaram cedo aquela cidade condenada (Volume II, Cap. IX).⁴⁵

Dentro da narrativa, este é o momento em que Donna Clara, já habitando um convento, observa seu amado da Janela, quando os tremores de terra começam a ser ouvidos e o caos a se espalhar pela cidade de Lisboa. D. Luis parte de forma desesperada para dentro do edifício onde ela se encontra, o qual estava a transformar-se em ruína. Posterior à descrição de desmoronamentos, o narrador descreve como ficou a cidade de Lisboa com aqueles tremores. Além de mencionar a destruição em terra, também relata que a região é banhada por afluentes o que fez com que maremotos também atingissem a cidade.

A cena de devastação, morte, choros e grunhidos são retratados ainda como prenúncios de algo pior. Após toda a destruição, incêndios sem precedentes começaram das ruínas das casas, Igrejas, conventos e prédios, sendo assim descritos: *"the scenes which met the eye, it were scarcely possible for ordinary language to describe; man, woman, and children, lay, dead or dying, crushed and mangled in every way it were possible to conceive"* (Volume II, Cap. IX)⁴⁶. Vale a pena mencionar que essas vívidas e dramáticas descrições ocorrem em muitas outros escritos devido à tradição de romances acerca do sismo de Lisboa, a exemplo de obras

⁴⁵ Original: *It was the day of a festival, dedicated in the Romish Calendar to all the Saints; and numerous parties of citizens and mechanics, released from their usual occupations, might be seen hastening through all parts of the city, dressed in their Holiday suits, twanging their light guitars, to enjoy themselves in the free air of the country. Happy were they who thus early quitted that doomed city.* (Volume II, Cap. IX).

⁴⁶ "as cenas que os olhos encontravam, eram difíceis de serem descritas; homem, mulher e crianças, deitados, mortos ou a morrer, esmagados e mutilados de todas as formas possíveis de conceber" (Volume II, Cap. IX).

como ‘A ira de Deus’ (Edward Paice), ‘Quando Lisboa Tremeu’ (Domingos Amaral), ‘O abismo de fogo: o grande terremoto de Lisboa ou apocalipse na idade da ciência e da razão’ (Mark Molesky), ‘Escritos sobre o terramoto de Lisboa’ (Immanuel Kant), ‘O pequeno livro do grande terremoto: ensaio sobre 1755’ (Rui Tavares).

Maxwell (1996) expõe que o terremoto de 1755 causou danos sem precedentes, desestruturando a cidade de Lisboa por completo, com um número de mortos que assustou os cidadãos,

As estimativas do número de mortos variaram de dez mil a quarenta mil (na época todos acreditavam amplamente nesta última cifra, se bem que o número real deva beirar os quinze mil). A família real, que se encontrava fora da cidade, em Belém, escapou do que teria sido a morte certa em seu desmoronado palácio de Lisboa. O rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal. (MAXWELL, 1996, p. 24)

Ao que concerne a governabilidade de Portugal, na narrativa, o Marquês de Pombal profere a famosa sentença, diante do desespero do rei:

O rei: "Ai de mim, ai de mim!" gritou ele, "minha bela Lisboa!" Onde estás tu? É inútil tentar restaurá-la. Ai de mim! Que hei-de fazer?
O ministro: "Enterrai os mortos, e cuidai dos vivos", respondeu o ministro, prontamente. "É tudo o que se pode fazer". (Volume II, Cap. IX).⁴⁷

De acordo com a diegese, é então que Sebastião José pede para tomar conta da situação enquanto que o rei consente e afirma que irá sancionar qualquer decisão do ministro. Após o nono capítulo do volume supracitado, mais uma seção é dedicada à descrição da cidade de Lisboa e à destruição causada pelo terremoto. Os outros capítulos, focam nas ações de personagens fictícias, principalmente ladrões, que foram libertados devido ao desmoronamento das paredes das prisões. O narrador aproveita para retratar a onda de crimes hediondos cometidos por aqueles que adquiriram liberdade, bem como deixa em suspenso por dois capítulos o que ocorre com os mocinhos, Donna Clara e Don Luis, que ficam embaixo de destroços do convento. No entanto, os detalhes do que ocorre só são revelados após uma longa explanação do que os ladrões fizeram ao se libertar.

⁴⁷ Original: The king: "Alas, alas!" he cried, "my beautiful Lisbon!" Where art thou? It is hopeless to attempt restoring it. Alas! What shall I do?
The minister: "Bury the dead, and take care of the living", answered the minister, promptly. "Tis all that can be done". (Volume II, Cap. IX).

Durante toda a narração desses dois capítulos, o leitor se pergunta como esse fator irá se conectar com o herói da obra. Posteriormente, descobre-se que são bandidos que encontram D. Luis e Donna Clara nos escombros do convento, como também, revela-se que um dos ladrões é aquele que primeiro faz o assalto em que D. Luis salva Donna Clara. Esse vaivém de acontecimentos fornece um feitiço novelesco, dado que o narrador descreve toda uma cena com uma personagem e depois caracteriza o que outra personagem fazia ao mesmo tempo.

Verifica-se, posteriormente, que os bandidos são citados com a intenção de aprofundar um pouco mais uma das ações que Sebastião de Carvalho empreendeu, qual seja, decretar o enforcamento de detratores da ordem, visto que “foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777” Maxwell (1996). O narrador cita um decreto promulgado em 4 de novembro de 1755, no qual postulavam-se os enforcamentos, lei que condenou até mesmo inocentes. Na diegese tem-se que após dois dias do terremoto, em tom elogioso, o Marquês começou a agir:

Foi então que demonstrou, em grande medida, aquele caráter enérgico, e aquelas capacidades extraordinárias que o distinguiram entre os seus compatriotas. Tendo recebido plenos poderes do rei para agir como julgasse oportuno, tanto de dia como de noite, dirigiu-se de lugar a lugar, para observar o que mais precisava ser feito, - servindo-o do seu gabinete, sofá, e sala de estar; a única comida que tomou no primeiro dia foi uma bacia de caldo, que a Condessa de Daun, sua esposa, lhe trouxe com as suas próprias mãos (Volume II, Cap. XV).⁴⁸

Posterior aos relatos do que Sebastião José de Carvalho implementou e efetuou decisões importantes para a rápida reestruturação da cidade, a narração retorna com o herói e sua amada. Após muita ação, há mais um rapto da mocinha, o que, ao final de dois capítulos se resolve, no entanto, sem concretizar a união do casal.

É singular o modo como a narrativa deixa alguns acontecimentos em suspenso para em seguida retomar o fictício e ir para o factual e vice-versa, pois, no início de vários capítulos, como já mencionado, o narrador se dirige ao leitor com receio que o enredo esteja “muito fictício”.

Dito isto, após todos os acontecimentos do terremoto, na narrativa começa a esboçar-se o mote para o terceiro volume, tendo por base as citadas intrigas entre o Primeiro Ministro e a

⁴⁸ Original: *It was now that he exhibited, in the greatest degree, that energetic character, and those extraordinary abilities which distinguished him among his countrymen. Having received full powers from the king to act as he judged expedient, both day and night he drove from place to place, to observe what was most necessary to be done, - it serving him for his bureau, his couch, and his parlour; the only food he took on the first day being a basin of broth, which the Countess of Daun, his wife, brought him with her own hands* (Volume II, Cap. XV).

nobreza, bem como o embate contra os jesuítas. Assim, ocorre um salto temporal de um ano após o terremoto, com menção às novas construções e ao novo formato das ruas de Lisboa.

É somente no vigésimo capítulo do segundo volume que o Marquês de Pombal é retratado sem enaltecimento. Ao mostrar seu ciúme em relação aos Távoras e o rei, é exposto um lado diferente do que foi apresentado até então. Em um monólogo, por exemplo, Sebastião José diz que controla o rei e demonstra plena consciência disso:

"Mas 'este é o caminho pelo qual sozinho posso controlar o meu fraco e indolente mestre: - mestre!" murmurou ele, num tom de desdém, "deixa-me dizer, meu escravo, meu instrumento! Não posso admitir nenhum amo. Enquanto ele estiver ocupado por alguma loucura, ou por uma nova paixão, ele resignar-se-á de bom grado a tudo menos à sombra vazia do poder nas minhas mãos, e devo ter o cuidado de o manter assim ocupado, enquanto eu silêncio, para sempre, toda a oposição aos meus objetivos. A sua paixão e admiração por esta jovem Marquesa de Távora pode levar a resultados sérios (Volume II, Cap. XX).⁴⁹

Trata-se de um capítulo que revela a interação entre o Marquês e o rei D. José I. Este último, que não tem nenhum aprofundamento como personagem, a comunicação do monarca, nesse episódio, revela forte empatia e confiança em Carvalho e Melo. Em uma conversa sobre o *affair* do rei com a Távora, o Ministro pensa: “qualquer que seja o resultado posso virá-lo ao meu favor”.

O narrador dá pistas, para aqueles que não iriam buscar em documentos oficiais, que essa é uma das razões pelas quais Pombal acusa os Távoras de conspiração contra o rei, já que este sofre um atentado. O álibi de Sebastião é justamente o fato da tentativa de regicídio ser uma possível vingança devido ao *affair* da Távora com o rei. Antes mesmo do prenúncio desse atentado, a narrativa demonstra que o Ministro “maquinava” como se vingar de seus inimigos nobres.

O que torna este momento peculiar é o fato de, segundo o romance, ser um jesuíta que está por trás do *affair* do rei com uma Távora, que se casou no Dia de Todos os Santos, Donna Theresa d’Alorna. De acordo com a trama, o líder da Congregação Jesuíta, padre Jacinto, primo de Theresa e D. Luis, tenta convencê-la a trair seu esposo com o rei para assim obter informações das ações de Pombal para “salvar o rei das mãos do Marquês”, e como

⁴⁹ Original: “*But ‘tis yhe way by which alone I can manage my weak and indolent master: - master!*” he muttered, in a scornful tone, “*let me say, my slave, my tool! I can brook no master. While he is occupied by some mad folly, or new passion, he will gladly resign all but the empty shadow of power into my hands, and it must bem y care to keep him thus employed, while I silence, and for ever, all opposition from without to my aims. His infatuated admiration of this young Marchioness of Tavora may lead to serious results.* (Volume II, Cap. XX).

consequência, salvar tanto as famílias nobres portuguesas de um herege, quanto a ordem dos Jesuítas.

As sequências dos livros dão a entender que o confronto principal é entre Jesuítas e Sebastião José de Carvalho e Melo, porém a caracterização dos jesuítas, como manipuladores e egoístas, faz com que haja um embate maniqueísta como a máxima da obra, com os jesuítas representando o mal, o atraso e o egoísmo e o Marquês de Pombal representando o bem, por meio de ideais liberais e políticas inovadoras.

Conforme os volumes, é um Jesuíta que usa os Távoras como marionetes para exercer poder sobre o rei, por meio de Donna Theresa d'Alorna. Tais complicações da trama se dão pelo fato de não ser concebível uma explicação mais aprofundada. Então a liberdade de criação do autor faz com que duas forças coexistam nos relatos, uma do bem, outra do mal.

No entanto, não se tem informações que o conflito entre os Távoras e o Marquês de Pombal teve interferência dos Jesuítas, como coloca Leite (2021):

Outro forte adversário do Pombalismo, em sua cruzada pelo poder, eram algumas famílias de alta nobreza, estas tinham interesse em partilhar o poder entre si ou conservar os seus privilégios políticos, contudo, Pombal tinha outros objetivos. Durante essa queda de braço, o violento processo dos Távoras aconteceu. É dito por alguns estudiosos que essa ação funcionou como um alerta e demonstração de poder do primeiro-ministro perante os possíveis levantes que poderiam ocorrer, tornando esta ação um símbolo de uma suposta política de antinobreza da administração pombalina. (LEITE, 2021, p. 12-13).

Desta forma, uma das características da política pombalina já era reconhecida por conter traços contra a nobreza e sua busca na conservação de privilégios. O livro retrata os jesuítas como responsáveis por instigar esse conflito e faz com que o leitor identifique-os como os vilões da narrativa.

Outro dado perceptível na obra é que os dados factuais, apesar de expostos, não são aprofundados. Poucas são as reformas do Marquês de Pombal citadas e, quando são, o foco recai sobre os relatos fictícios ou relacionando-os mutuamente. Apesar das descrições fiéis de documentos, como no caso da violência nas ruas de Lisboa e o estado da cidade após o terremoto de 1755, as quais são tratados com minúcia, outros pormenores são mencionados somente de forma superficial: ou descreve-se alguma revolta por aumento de preços de vinhos ou citam-se apenas comparações entre Portugal e Inglaterra por meio das falas das personagens, bem como não há nenhum aprofundamento sobre as reformas pombalinas educacionais, e os planos de renovação do campo ideológico, uma vez que tais aspectos se resumem ao conflito do Primeiro-Ministro com os Jesuítas.

Em síntese, o mote para o terceiro volume, tem por base um conflito que se desenha desde o princípio entre duas forças opostas, posto que a narração possui um tom favorável ao Marquês de Pombal. O acontecimento principal para este final tão aguardado se dá pela tentativa de regicídio ocorrida em 1758, algo que aconteceu de fato, sendo retratada, obviamente, com tom novelesco, pois não há escritos historiográficos que confirmem envolvimento da Companhia de Jesus com a tentativa de regicídio, situação vividamente colocado no enredo.

A narrativa é fiel em relação aos acontecimentos ocorridos em 1758, mesmo que inclua elementos fictícios sobre o envolvimento do rei com a Távora, incorporando personagens sobre os quais não há registro na historiografia. Todas as punições são retratadas meticulosamente, o marco temporal dos acontecimentos também é preciso, pois em 1759, ano em que o livro se encerra tendo-se a punição da nobreza e a expulsão dos jesuítas. Em relação às punições, os condenados foram sentenciados pelos crimes de lesa-majestade. Em Alves (2011) lê-se que a marquesa de Távora seria decapitada, o duque de Aveiro e o marquês de Távora foram condenados a serem despedaçados vivos, teriam os braços e as pernas esmagados, seriam expostos em uma roda para todos verem e seriam queimados vivos. Além disso, as cinzas seriam jogadas no mar. Os outros membros da família teriam as pernas e braços quebrados na roda, mas antes seriam estrangulados.

Esse requinte de crueldade na sentença recebida pelos acusados de lesa-majestade é enfatizado e descrito com detalhes na narrativa. Encerra-se, assim, a obra com a punição dos envolvidos na suposta conspiração que realmente escandalizou a Europa naquele momento, finaliza, também, a questão da Companhia de Jesus, ao relatar a expulsão ocorrida no mesmo ano da punição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos específicos desta dissertação é possível afirmar que a obra em tela reforça os estereótipos mais correntes acerca do Marquês de Pombal. Em um primeiro plano o mitificando, já que, como Barthes (2009) evidencia, o discurso mítico emerge de circunstâncias históricas concretas e não da natureza das coisas, ou seja, a partir da atuação do Primeiro Ministro e das implementações de reformas, sobretudo a partir de 1755 ano do terremoto de Lisboa. O discurso mítico em torno da figura de Sebastião José passa a ser ainda mais ressaltado, não só por seus apoiadores, como também pelos documentos elogiosos aprovados pelo próprio Marquês. Além disso, o escrito discutido deste trabalho o caracteriza como um deus *ex machina*, aquele responsável por resolver de forma arbitrária e até mesmo “divina” os problemas do Portugal setecentista, já que D. José I soube, de acordo com *The Prime Minister*, escolher um homem que tinha talento nato para as questões do governo. Ocorre também um reforço em relação aos estereótipos recorrentes sobre o período pombalino, o século XVIII português, retratado como um período de grandes transformações positivas implementadas pelas maquinações de Sebastião José.

Em um segundo plano, o escrito robustece a ideia que os inicianos eram nocivos ao Estado Português por usar métodos de ensino tradicionais ultrapassados, além de retratá-los como figuras gananciosas em busca de poder, não se importando de fato com a educação e os próprios preceitos doutrinários. Dessa forma, o livro atende a corrente ideológica da mitificação negativa dos membros da Companhia de Jesus, o antijesuitismo (FRANCO, 2009).

Além destas considerações, o período representado na obra se encerra no ano da expulsão dos jesuítas em 1759. No romance, as questões educacionais estão embebidas no antijesuitismo presente nas várias reafirmações do narrador sobre o suposto “atraso de pensamento da Companhia de Jesus”. Ademais, a partir de 1759, como discutido em seções anteriores, as reformas educacionais começaram a ser implementadas de forma mais intensiva, inclusive no Brasil, o qual foi utilizado como laboratório para os experimentos do Marquês de Pombal no campo educacional. Disso resultou, como visto, no apagamento da Língua Geral e na imposição da Língua Portuguesa.

Nesta narrativa dedicada a Pombal e ao período pombalino, mesmo que a personagem principal não seja ele, mas sim uma personagem fictícia, um dos eventos mais explorados é o terremoto ocorrido em 1º de novembro de 1755 no Dia de Todos os Santos, não somente pelo clímax criado no enredo, enriquecendo as aventuras do herói que salva sua amada correndo

riscos devido aos tremores, mas também por reafirmar Sebastião José de Carvalho e Melo como a figura centrada e determinada que, ao receber o aval de D. José I, empreendeu a reconstrução de uma Lisboa devastada pelo sismo. Esta reafirmação de engrandecimento na narrativa acontece, também, por meio da repetição de célebres sentenças supostamente proferidas pelo Primeiro Ministro, a exemplo de "Enterrai os mortos, e cuidai dos vivos", dita para o Rei de Portugal quando estava em desespero por conta da destruição causada pelo terremoto.

Outro fator responsável pela constatação que o sismo de 1755 é o evento mais explorado se dá pela razão de quase todo o segundo tomo da obra é usado para destrinchar os acontecimentos, seja detalhando a destruição de Lisboa, seja utilizando dados factuais, a exemplo do relato do que foi feito com os prisioneiros e saqueadores libertos das prisões após a queda dos edifícios, citando as profecias de padres jesuítas de uma “vingança divina”.

A utilização deste evento para mostrar o Marquês de Pombal como uma das figuras mais importantes do século XVIII português ocorre entre o tomo I e o tomo III, marcando também o evento como divisor de águas do próprio livro, assim como ocorre na trajetória de Sebastião José de Carvalho, pois a partir de 1755 com sua conduta no que se refere a medidas imediatas para arrefecer os impactos do terremoto, como Maxwell (1996) realça, foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei em 1777.

Por fim, respondendo o último objetivo específico deste estudo, acerca dos momentos de representação do período pombalino ou Marquês de Pombal como um mito de origem Eliade (2000), de um novo tempo do ponto de vista político, econômico ou cultural, acontece em três modos e parte do macro para o micro. O primeiro modo se dá a partir da caracterização de Portugal, de modo particular Lisboa, como país fadado ao atraso, seja pelas ruas pequenas e sujas (DEL PRIORE, 2015), seja pelo pensamento maniqueísta da população. Assim, nesse contexto, surge o Marquês de Pombal. Na obra estudada, o homem que se opõe ao maniqueísmo da época, transforma a cidade de Lisboa ao trazer um aspecto de modernidade para as ruas e edifícios.

O segundo modo pode ser observado no campo político, pois ao confrontar os nobres, com ênfase nos Távoras, tornou-se algo explorado durante toda a narrativa com o intuito de demonstrar a derrocada de alguns membros da nobreza portuguesa do século XVIII, acusados de crime conspiratório contra o rei D. José I. Dessa forma, Pombal é visto no enredo como aquele que veio para proteger uma nação contra nobres ávidos por poder.

O terceiro modo concentra-se no campo cultural e atrela-se à expulsão dos jesuítas ocorrida em 1759, esta que desenha-se desde o início do escrito, e caracteriza, como visto, o

antijesuitismo Franco (2009), corrente ideológica que foi impulsionada pela mitificação positiva do Marquês de Pombal e reverberou na educação acarretando nas reformas educacionais.

Desse modo, a contribuição desta pesquisa para a educação reside nas variadas representações das reformas pombalinas, estas ancoradas no antijesuitismo que acarreta nas reformas educacionais. Nas quase mil páginas deste livro, em sua versão impressa, dividido em três tomos, escrito em língua Inglesa e com pouquíssimos termos em português de Portugal, há uma evidente representação positiva de Sebastião José de Carvalho e Melo. Pode-se dizer que é uma obra filopombalina, apesar da tentativa do autor de distanciar-se e mostrar-se imparcial por meio da utilização de determinada voz narrativa. A leitura desta obra é instigante, pois apresenta muitas peculiaridades envoltas em uma estória de amor que não fica aquém dos romances mais conhecidos da Literatura.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c.1777-1802)*. Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1314/projeto/Tese-patricia-woolley-cardoso-lins-alves.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981a, v.1
- ASSIS, M. C. *História da Língua Portuguesa*. 2014. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/historia_da_lingua_portuguesa_1360184313.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.
- AZAMBUJA, Celso Candido. *Prometeu: a sabedoria pelo trabalho e pela dor*. Archai, n. 10, jan-jul, 2013, p. 19-28.
- BARBOSA, Sara Rogéria Santos. *O Ensino de Língua Latina e a Institucionalização da Profissão Docente*. São Cristóvão, 2012.
- BARBOZA, G. M. O Alvará de 1770 e o Ensino de Língua Portuguesa. in: OLIVEIRA, L. E. (org.) *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 299-318.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. – 4 ed. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução: José Augusto Seabra. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BISPO, Matheus Luamm Santos Formiga. *O Marquês de Pombal e a construção do ensino de primeiras letras (1757-1772)*. 2021. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15658>. Acesso em: 14 set. 2022.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.
- CARNOTA, John Smith Athelstone. *Memoirs of Marquis of Pombal; with extracts from his writings and from despatches in the state paper office never before published*. Vol II. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, paternoster-row. 1843. In: Thomas Fisher Rare Book Library. Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=external-identifiser%3A%22urn%3Aoclc%3Arecord%3A1048806883%22>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- CEIA, carlos. In media Res. E-dicionário de termos literários de carlos ceia. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/in-medias-res>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural entre práticas e representações*. – 2 ed. – Memória e Sociedade, DIFEL, 2002.

COBBLER. In: Dicionário Linguee, 2022. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/cobbler.html>. Acesso em: 07 set. 2022.

DEL PRIORE, Mary. *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

DIRECTORIO, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. Portugal, 1758, legislação. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>. Acesso em: 07 Jun. 2023.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Perspectivas do homem/Edições 70 – Lisboa – Portugal, 2000.

FONSECA, Ana Lúcia Simões Borges; CRUZ, Vitória Nascimento da. A política de línguas de Pombal no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1757-1773). Anais Educon 2020, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 1, p. 1-14.

FRANCO, José Eduardo e RITA, Annabela. *O Mito do Marquês de Pombal: A mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela maçonaria*. Ed. Prefácio, 2004.

FRANCO, Jose Eduardo. A visão do Outro na literatura antijesuitica em Portugal: de Pombal a Primeira Republica”, in *Lusitania Sacra*, Tome XII, 2000, pp. 121-142.

FRANCO, José Eduardo; MARUJO, Antônio (Org.). *Dança dos Demónios: Intolerância em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico/Tradução: Fábio Fonseca de Melo. Revista USP, São Paulo, n.53, p. 166-182, 2002.

FURLAN, Vinicius. *Gabriel Malagrida (1689-1761): Educador e Missionário da Companhia De Jesus Na América Portuguesa*”. 28/03/2018 157 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.

GASPAR, Caroline Almeida. *O Projeto Civilizador de Pombal: Uma Discussão Sobre A Imposição do Vestuário Às Sociedades Indígenas da Amazônia Em Meados do Século XVIII*. Manduarisawa - Revista Eletrônica Discente do Curso de História – ufam, Vol. 3, Nº 2 – 2019.

GOODREADS. Peter the Whaler. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/3233115-peter-the-whaler>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GRISCI, Bruno. *Analógico: Deus Ex Machina – prejudicando histórias desde 445 a.c.* Nintendo Blast. 2011. Disponível em: <https://www.nintendoblast.com.br/2011/07/deus-ex-machina-prejudicando-historias.html>. Acesso em: 23 abr. 2022.

HEE, Carlos. *Ponto/Afinal, o que é o deus ex machina?*. SP escola de teatro. 2015. Disponível em: <https://www.spescoladeteatro.org.br/noticia/ponto-afinal-o-que-e-o-deus-ex-machina>. Acesso em: 22 abr. 2022.

HERTSLET, Lewis. *A Complete Collection of the Treaties and Conventions at present subsisting between Great Britain & Foreign Powers*. Volume II. London, 1820. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=xHkDAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=a+comp+lete+collection+of+the+teaties&cd=1&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 jun. 2023.

JUNIOR, Arnaldo Franco in BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Operadores de Leitura da Narrativa. 33-56. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.

KINGSFORD, Maurice Rooke. *The Life, Work and Influence of Henry Giles Kingston*. The Ryerson Press – Toronto. 1947. Disponível em: <https://archive.org/details/lifeworkinfluenc0000king/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 16 abr. 2022.

KINGSTON, William Henry Giles. *The Prime Minister (Original and Unabridged content) (old version) (ANNOTATED) (English Edition)*. 2019. 1996-2022, Amazon.com, Inc. or its affiliates. E-book.

KOLLN, Lucas André Berno. LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico. Tradução de Rubens Enderle*. São Paulo: Boitempo, 2011. 449 p. Tempos Históricos. Vol. 16, 2012, p. 179-184.

LEITE, Émmerly Karoline Nascimento Dantas. *Pombalismo e antipombalismo na historiografia da educação brasileira*. 2021. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15659/2/EMMERLY_KAROLINE_NASCIMENTO_DANTAS_LEITE.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

LIMA, Maria Do Carmo Goncalves da Silva. *António Nunes Ribeiro Sanches e as Propostas de Reforma Do Ensino Em Portugal No Século Xviii: Análise das Cartas Sobre a Educação da Mocidade (1760)* 23/04/2018 139 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.

LOUREIRO, Juliano. *Romance, conto e novela: entenda as diferenças destes estilos literários*. Bingo, 2020. Disponível em: <https://www.livrobingo.com.br/romance-conto-novela>. Acesso em: 16 set. 2022.

LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*/Gyorgy Lukács; tradução Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2011. Amazon.com, Inc. or its affiliates. E-book.

LUZ, Ellen Cristina Marques. *Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima: Perfil de um Prelado Pombalino (1723-1784)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio Ribeiro. *Luiz Antônio Verney: o verdadeiro método de estudar: uma contribuição para o ensino em Portugal e no Brasil*. Rio Claro, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/139443>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MARCHETTI, Maurizio. *O Iluminismo Pragmático de Martim Francisco: As Origens da Instrução Pública no Brasil*' 30/10/2019 119 F. Doutorado Em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unicamp.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MELO, Sebastião José de Carvalho. *Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MENEZES, S. L., & COSTA, C. J. (2012). Considerações em torno da origem de uma verdade historiográfica: o Tratado de Methuen (1703), a destruição da produção manufatureira em Portugal, e o ouro do Brasil - doi: 10.4025/actascieduc.v34i2.17014. *Acta Scientiarum. Education*, 34(2), 199-209. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17014>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17014>. Acesso em: 10 Jun. 2023.

MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. *Novos Estudos*, 2009.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Duas Cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro Método de Estudar e a reforma pombalina. In: OLIVEIRA, L. E. (org.) *A legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 147-163.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772*. São Cristóvão, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.) *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*. Gradiva Publicações, S.A. 1ª ed. 2014.

OLIVEIRA et al. A legislação pombalina e a história do ensino das línguas no Brasil. in: OLIVEIRA, L. E. (org.) *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 49-102.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Os Escritos Pombalinos sobre a Inglaterra e sua relação com o ensino de Inglês em Portugal e no Brasil (1762- 1809). *Revista história da Educação (Online)*, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/96265>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PORTUGAL. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*

oferecidas a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: na Typ. De L. C. da Cunha, 1830.

PRUDENTE, Gabriel De Cassio Pinheiro. *Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720 - 1959)*' 22/08/2017 189 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: UFPA.

PRIORE, Mary del. *O Mal Sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. – 2 ed. - Rio de Janeiro: topbooks, 2015.

RIBEIRO-DE-SOUZA, Celeste. “pertencimento/não pertencimento” Franz Kafka: um exemplo a ser lembrado. *Estudos avançados*. 35 (103), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/grCFcy854YdKpL4PsXGmRzB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2022.

SANTOS, Elaine Maria. Da Lei do Diretório ao Alvará de 1770: civilizar para o bem do Estado. in: OLIVEIRA, L. E. (org.) *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 251-271.

SANTOS, ELAINE MARIA. *As Reformas Pombalinas e as Gramáticas Inglesas: Percursos do Ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)*. São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Eugenio. Pombal e os oratorianos. *Camões: Revista de letras e culturas lusófonas*, nº 15-16, janeiro-junho 2003, p. 75-86. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20371/2/revistacamoess15162003000085403.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Helena Cristina Viana dos. *William Kingston e the prime minister: uma representação ficcional da era pombalina*. Lisboa, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/5504>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SANTOS, João Ferreira dos. *A Presença de Luís António Verney Nas Reformas Pombalinas da Educação (1759-1770)*. Universidade Tiradentes, 2020.

SANTOS, José Augusto Batista dos. *O Marquês de Pombal, os Ingleses e a Instrução Pública: a contribuição de Thomas Mun (1571-1641)*". São Cristóvão, 2023.

SANTOS, Mariângela Dias. *A instituição do ensino de primeiras letras no Brasil (1757-1827)*. São Cristóvão, 2011.

SÃO JOSÉ, Elisson Souza de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública e as Ordens Religiosas: o caso de Sergipe Del Rey*. São Cristóvão, 2023.

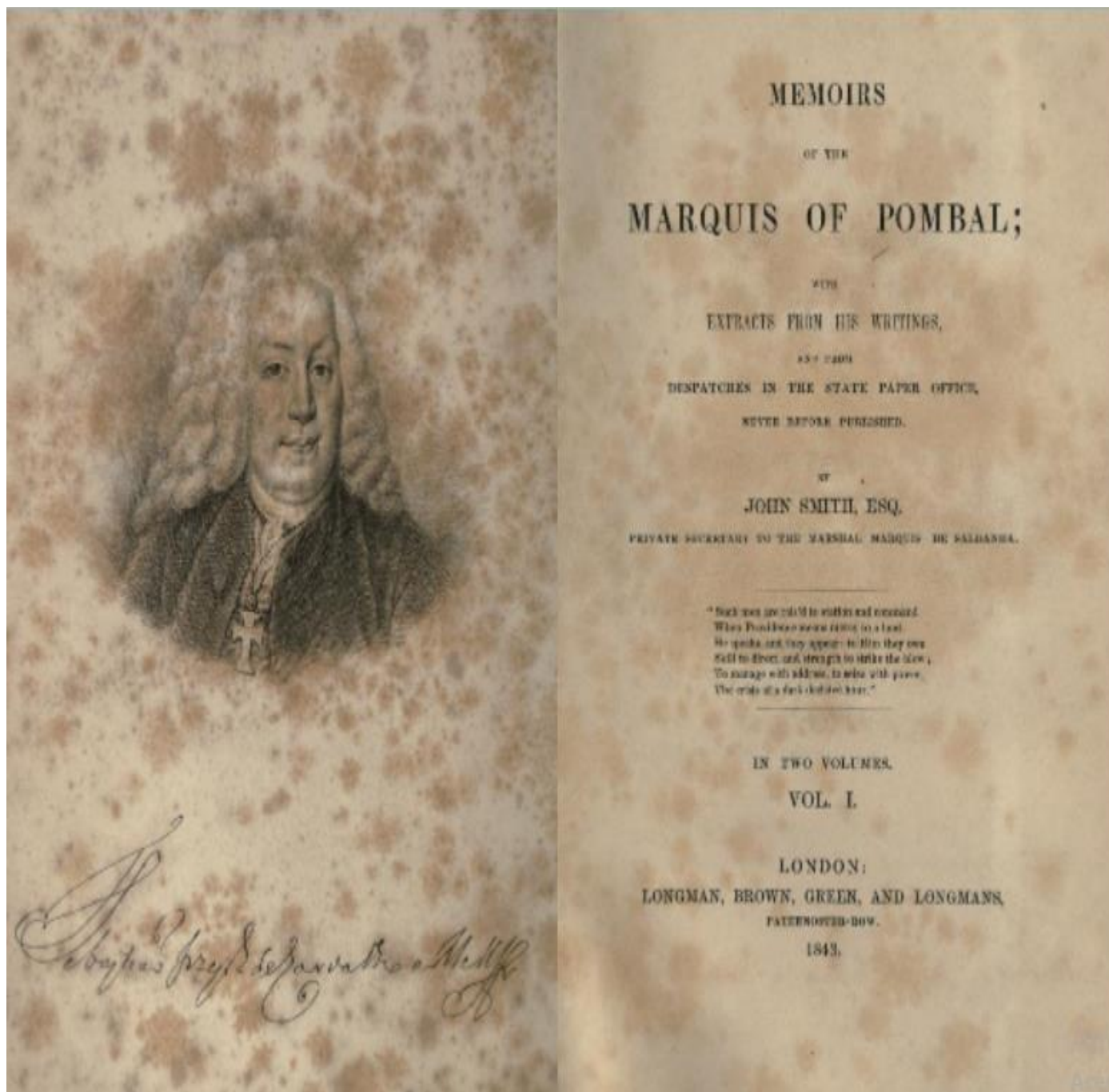
SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa, 1982.

SILVA, Joao Paulo Ascenso Pereira da. *Temas, mitos e imagens de Portugal numa revista inglesa do Porto, the Lusitanian: 1844-1845*. Lisboa, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/128615>. Acesso em: 09 abr. 2022.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. *O inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)*. São Cristóvão, 2019.

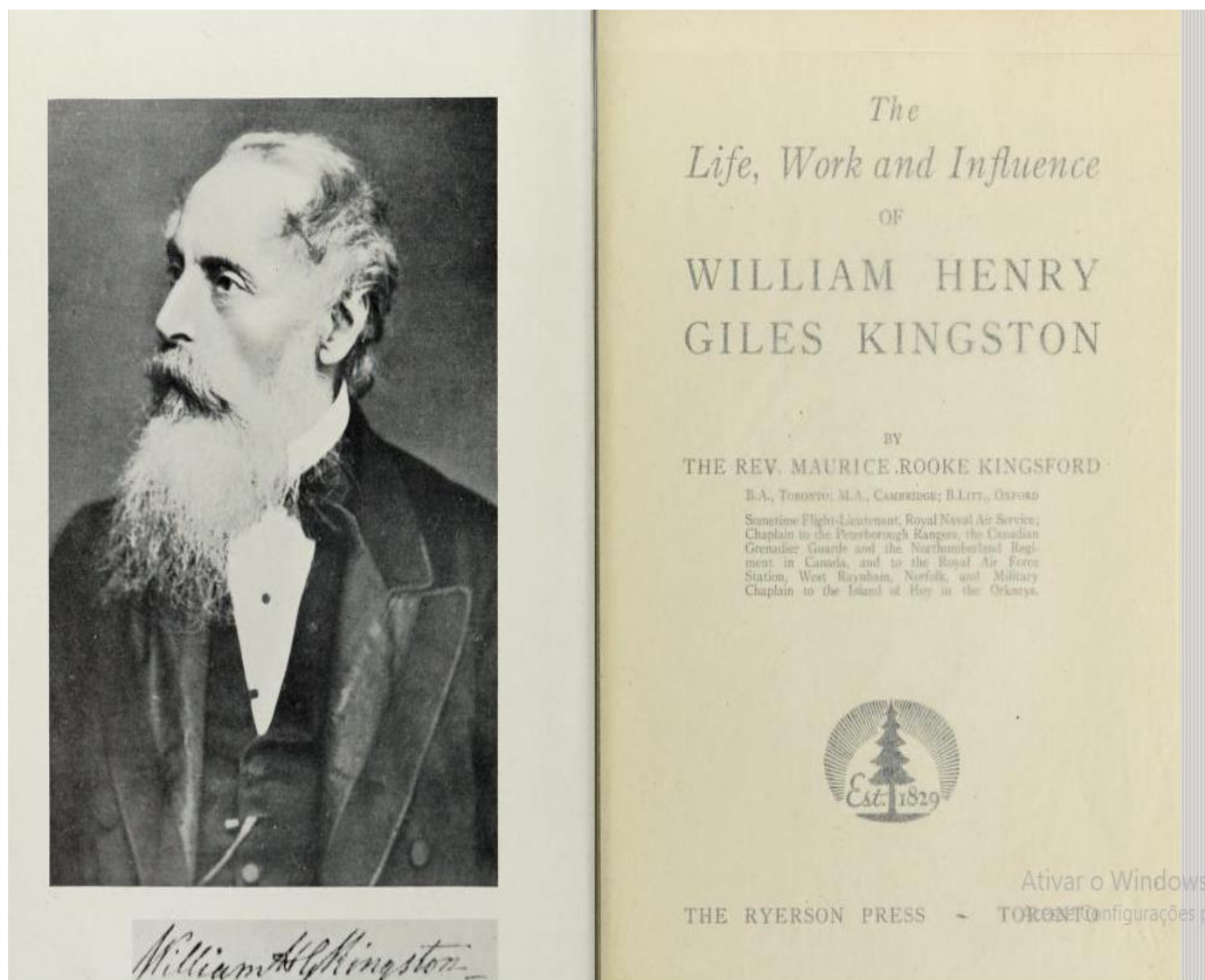
TELES, Thadeu Vinícius Souza. *O Papel do Ensino de Língua Ingles na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846)*. São Cristóvão, 2012.

ANEXOS
ANEXO A-



Frontispício de *Memoirs of the Marquis of Pombal: with extracts from his writings, and from despatches in the state papers office, never before published*. Vol I. [Carnota, John Smith Athelstone, conde da, 1813-1886](#); [Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de, 1699-1782](#); [Westleys and Clark \(binder\)](#) (Internet Archive).

ANEXO B-



Frontispício de *The life, work and influence of William Henry Giles Kingston*. [Kingsford, Maurice Rooke](#). 1947.
Disponível em: <https://archive.org/details/lifeworkinfluenc0000king/page/194/mode/2up>. (Internet Archive).